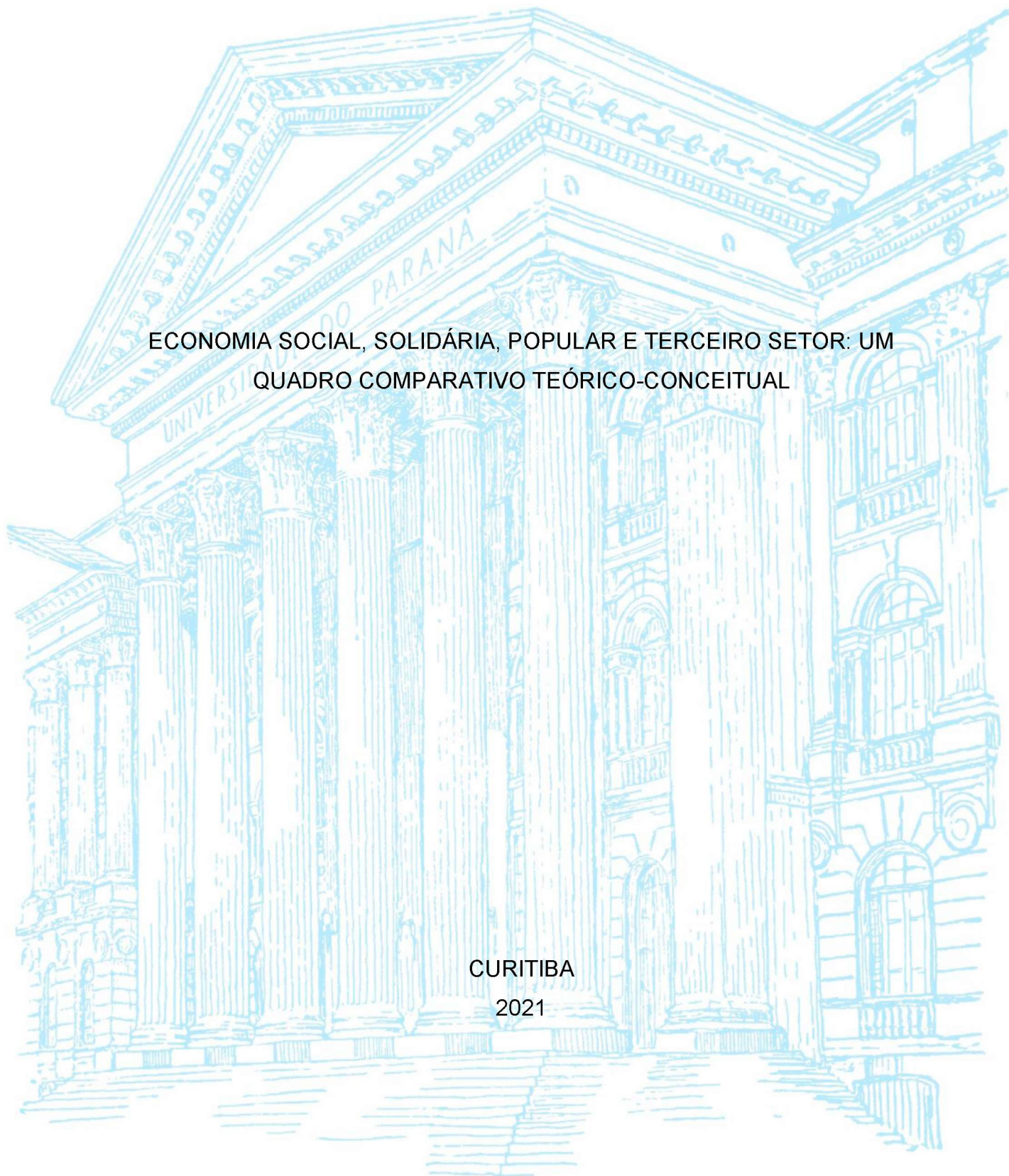


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA SAKASSEGAWA SPERANDIO

ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR E TERCEIRO SETOR: UM
QUADRO COMPARATIVO TEÓRICO-CONCEITUAL

CURITIBA
2021



PAULA SAKASSEGAWA SPERANDIO

ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR E TERCEIRO SETOR: UM
QUADRO COMPARATIVO TEÓRICO-CONCEITUAL

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção de título Bacharel, Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Angela Welters

CURITIBA

2021

AGRADECIMENTOS

Ao curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná pelo apoio e compromisso de ensino, mas principalmente por ter sido minha segunda casa por tantos anos.

À família Abreu e Lima, em especial à Denise de Abreu e Lima e a Luísa de Abreu e Lima pelo tamanho incentivo nessa trajetória de monografia. Sou grata não somente pelo suporte acadêmico mas também por constantemente me acolherem nos mais diversos desafios da vida.

Um agradecimento especial à orientadora Prof^a Denise Maia, que, infelizmente, veio ao falecimento no decorrer da realização dessa pesquisa. Por ter sido um exemplo de pesquisadora na área da Economia Popular e Solidária e por haver compartilhado seu conhecimento comigo durante os meses em que tive a oportunidade de ser sua orientanda. Sua dedicação a área me inspirou profundamente e a carreguei comigo durante toda a pesquisa.

A orientadora Prof^a Angela Welters, por ter me acolhido com carinho como orientanda ao longo do processo. Sua dedicação não somente durante a monografia, mas também como uma professora que marcou minha graduação, tornaram meus últimos meses de curso muito mais especiais. Agradeço pela receptividade em relação ao tema e por sempre ter me instruído e tranquilizado ao longo desse processo.

À minha família, em especial a minha irmã, Iza Sakassegawa Sperandio, pois além de ser meu melhor recurso de consulta para dúvidas ortográficas, é também a razão pela qual sigo determinada a enfrentar os desafios da vida. A agradeço por ser minha maior fonte de apoio, de incentivo e de amor.

Acima de tudo à minha mãe, Ides Miriko Sakassegawa Sperandio, que faleceu durante meus anos de graduação, mas que daria de tudo para ter presenciado essa conquista de finalização de curso. Ainda que não possa celebrar conosco, ela está presente em todas as palavras deste trabalho, pois foi ela quem me ensinou a escrever, e em todas as horas dedicadas a graduação, pois também sempre foi a maior encorajadora dos meus sonhos. Mas esteve, sobretudo, naqueles momentos mais desafiadores do curso, nas madrugadas de estudo e nos ápices do cansaço, pois toda vez que me ocorre uma passageira vontade de desistir de algo, lembro do quanto ela me ensinou sobre coragem em seus últimos meses de vida. Esta conquista é para ela.

Por fim, em um trabalho que foi escrito em meio ao luto, agradeço especialmente aos amigos, que são minha rede de apoio e família, por me darem o incentivo e a alegria de continuar. Existem pessoas capazes de transformar até os períodos mais duros da vida em momentos suportáveis e devo um agradecimento especial ao destino por ter me colocado no caminho de companhias tão fantásticas.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar o entendimento da Economia Solidária e as ambiguidades de sua conceituação. A Economia Solidária e suas áreas afins representarem importantes ferramentas democráticas e de sobrevivência para populações desfavorecidas. Apesar de sua relevância, o entendimento da Economia Solidária em muitos aspectos se aproxima ou engloba outros conceitos similares, como os da Economia Social, da Economia Popular e da Economia do Terceiro Setor. Essas ambiguidades dificultam a delimitação de atividades e sua mensuração. Diante disso, o trabalho se propõe a investigar o entendimento da Economia Solidária e qual sua relação com esses demais setores. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura que passa pelas origens e principais conceitos da Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular e Economia do Terceiro Setor. A etapa final do trabalho foi organizar os termos obtidos através da construção de um quadro conceitual e, a partir dele, elaborar um infográfico que explica e compara as conclusões de maneira visual. Um dos principais padrões observados foi a compatibilidade entre os termos, mas também o afastamento das demais áreas em relação ao Terceiro Setor. Já as áreas da Economia Popular e da Economia Social se aproximam bastante da Economia Solidária, sendo usados como conceitos sinônimos dentro da região latino-americana. Outra conclusão extraída foi a importância das influências históricas e sociais no surgimento de cada termo.

Palavras-chave: Economia Solidária. Economia Social. Economia Popular. Terceiro Setor.

ABSTRACT

The present work proposes to investigate the understanding of Solidarity Economy and the ambiguities of its conceptualization. Solidarity Economy and its related areas represent important democratic and survival tools for disadvantaged populations. Despite its relevance, the understanding of Solidarity Economy in many aspects is close to or can even encompass other similar concepts, such as Social Economy, Popular Economy and Third Sector's Economy. These ambiguities make it difficult to delimit activities and measure them. Therefore, the work proposes to investigate the understanding of Solidarity Economy and what is its relationship with these other sectors. For the purpose of meeting these objectives, a literature review was made in order to cover the origins and main concepts of Social Economy, Solidarity Economy, Popular Economy and Third Sector Economy. The final stage of the work was to organize the terms obtained through the construction of a conceptual framework and, based on it, create an infographic that explains and compares the conclusions in a visual way. One of the main patterns observed was the compatibility between the terms, but also the distance from other areas in relation to the Third Sector. Apparently, the areas of Popular Economy and Social Economy are very close to Solidarity Economy, often being used even as synonymous concepts within the Latin American region. Another conclusion drawn was the importance of historical and social influences in the emergence of each term.

Key-words: Solidarity Economy. Social Economy. Popular Economy. Third Sector.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 Economia Social.....	14
2.2 Economia Solidária	20
2.3 Economia Popular.....	27
2.4 Terceiro Setor	37
3 ANÁLISE DOS CONCEITOS	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
5 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	66

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo, apesar de muitas vezes ser entendido como a única opção atual de organização econômica, não é a única lógica existente para organização dos recursos humanos. De maneira sucinta, o capitalismo trata-se de um sistema econômico que se funda na legitimidade dos bens privados, na liberdade irrestrita do mercado e tem como objetivo último a obtenção do lucro. Os meios de produção e distribuição, assim como o trabalho, dentro do sistema capitalista se tornam mercadorias conforme a lógica privada (SINGER, 2018). Uma parcela minoritária da sociedade tem posse do capital e busca acumulá-lo, enquanto a maioria da população é limitada à capacidade de vender a sua própria força de trabalho. Esse modelo tem mostrado uma tendência estrutural histórica de desempregar, empobrecer e excluir uma parte da classe trabalhadora; a polarizar uma elite com dinheiro em relação à massa de pobres, que depende da sua força de trabalho para sobreviver, apesar de frequentemente não encontrar quem a compre (SINGER, 2018). A expansão do capital que possibilitou a revolução industrial foi a mesma que marginalizou a produção simples de mercadorias, o pequeno comércio, o artesanato e a agricultura camponesa. O avanço do capitalismo possibilitado pela acumulação do capital também foi responsável por excluir essa parcela significativa de trabalhadores, os quais nunca foram totalmente reabsorvidos pela economia capitalista (SINGER, 2018).

O capitalismo cumpre seu papel de sistema econômico ao organizar os bens e serviços e proporcionar qualidade de vida, mas apenas para uma parcela seleta da população. Além do mais, crescimento econômico ilimitado não é compatível com um planeta de recursos naturais finitos e, portanto, se há a pretensão de se permanecer habitando a Terra, é preciso compreender com mais profundidade quais são os limites do capitalismo. O capitalismo é apenas uma das formas de produção observadas historicamente e, nesse caso, quando colocado em perspectiva histórica, é a forma mais recente de organização. Nesse aspecto, a contextualização histórica nos ajuda a entender que qualquer forma de organização econômica é respaldada por teorias e pensadores que buscavam respostas e soluções para desafios específicos ao seu tempo, está situado em contextos históricos específicos, sob influência de distintas forças

políticas e sociais; portanto, não é um sistema espontaneamente estabelecido. O capitalismo, inclusive, por nunca ter sido capaz de proporcionar boas condições de vida a toda a população, involuntariamente incentivou a formação grupos que se organizaram de maneiras alternativas. Tais associações adotaram valores e princípios diferentes aos do capitalismo, baseados na solidariedade e no cooperativismo ao invés da competição e individualismo. Da mesma maneira que é possível argumentar que humanos são de natureza individualista e competitiva, é igualmente possível afirmar que são também de natureza cooperativa.

Pessoas vitimadas pela exclusão capitalista organizam-se nas mais diversas formas de associações e empreendimentos, aliando-se como produtores associados. Estes grupos cooperam tanto com o objetivo de gerar renda para seus membros, como para reintegrar-se à divisão social do trabalho, de modo que possam competir com empresas capitalistas. Essas formas alternativas de organização, muitas vezes denominadas de Economia Solidária, funcionam inseridas ao modelo capitalista apesar de utilizarem lógicas opostas ao sistema dominante. Esses empreendimentos podem tomar forma de cooperativas populares, de associações de compra e venda de produtores pequenos, até mesmo de indústrias falidas que são recuperadas por trabalhadores e passam a serem geridas coletivamente. Embora existam inúmeras formas de associações populares, existem princípios comuns que fundam esses empreendimentos. Alguns dos princípios da Economia Solidária são, por exemplo, os de que a gestão do empreendimento deve ser democrática, autogerida e que os meios de produção solidários são socializados entre os membros.

É dentro do contexto das crises cíclicas do capitalismo que a Economia Solidária se estrutura, sendo criada e recriada periodicamente, até tornar-se, hoje, uma das principais formas de luta contra o neoliberalismo (SINGER, 2018). Ao longo das últimas décadas, esse setor apresentou crescente relevância pela sua capacidade de geração de renda, articulação política e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho (SINGER, 2018). Ainda assim, a Economia Solidária está em constante luta para deixar de ser marginalizada. Um dos principais desafios que encontra é o de que, por ser uma área de estudos relativamente recente, sua conceituação não é homogênea e ainda se encontra longe de apresentar uma compreensão uniforme. O entendimento da Economia

Solidária em muitos aspectos se aproxima ou engloba outros conceitos similares, como os da Economia Social, da Economia Popular e da Economia do Terceiro Setor. As ambiguidades e contradições entre os conceitos geram confusão e acabam por complicar o entendimento da Economia Solidária. Elas dificultam a delimitação de suas atividades e sua mensuração, o que frequentemente resulta em impasses de articulação política para seu avanço (MORAIS; BACIC, 2009).

Apesar de as divergências conceituais serem naturais e construtivas, é importante que as múltiplas correntes de pensamento da Economia Solidária sigam se desenvolvendo e continuem avançando lentamente para uma convergência. As contradições em relação à sua conceituação resultam, por exemplo, em escassez de rigor metodológico e ambiguidade para oferecer informações quantitativas desse setor (MORAIS; BACIC, 2009). A Economia Popular, a Economia do Terceiro Setor e a Economia Informal, assim como a Economia Solidária, se diferenciam da lógica econômica tradicional e frequentemente são marginalizadas da elaboração de políticas públicas para suas iniciativas, do acesso à crédito, das regulamentações legislativas, etc. A dignidade do trabalho não está presente no argumento político dominante e são necessárias fontes de coesão social e solidariedade para lidar com essa parcela significativa de trabalhadores se encontra ignorada e não reconhecida pelo sistema capitalista (SANDEL, 2020). É a partir dessa necessidade que o presente trabalho pretende compreender qual o entendimento da Economia Solidária e qual a sua relação com esses demais conceitos, seja pela semelhança entre suas definições ou pelo contraste entre eles, tomando como foco da pesquisa o contexto latino. Dessa maneira, espera-se colaborar para que essa área de estudos se torne um pouco mais clara e acessível, além de auxiliar aqueles que buscam compreender melhor os significados da Economia Solidária. É a partir da melhor compreensão dos conceitos da Economia Solidária que será possível atingir o objetivo maior de enriquecer o debate econômico para além da teoria neoclássica ortodoxa¹ e, quem sabe, auxiliar na construção de alternativas reais ao modo de produção capitalista.

¹ A teoria neoclássica ortodoxa centra sua análise em um indivíduo genérico que busca atender ao seu próprio interesse, cada agente econômico nessa teoria é tratado como independente dos demais (PRADO, 2001). A economia

Para atender a tais propostas, o **objetivo geral** da pesquisa é buscar e classificar as principais definições e iniciativas da Economia Solidária (ES) dentro do contexto latino e qual a sua relação com áreas afins, como por exemplo a Economia Social, a Economia Popular e a Economia do Terceiro Setor, seja pela semelhança entre suas definições e iniciativas, seja pelo contraste entre elas. Em relação aos **objetivos específicos**, o trabalho pretende analisar a disputa de conceitos e também as diferenças de iniciativas da Economia Solidária em comparação, principalmente, àqueles setores à qual se assemelha; e construir um infográfico para organizar a análise realizada de forma visual.

Para alcançar os objetivos do trabalho, esta pesquisa será de caráter essencialmente qualitativo, composta pela revisão bibliográfica e, ocasionalmente, pela análise documental. A escolha do material utilizado partiu, inicialmente, de uma revisão dos textos dos principais autores e acadêmicos da área. Em seguida, foram consideradas bibliografias referenciadas em tais obras, tanto nacionais quanto internacionais.

Vale ressaltar que será necessário investigar também as origens históricas e teóricas dos conceitos em questão. Apesar de não ser o objetivo central do trabalho, a contextualização histórica será a base para compreensão do nascimento de cada termo investigado. O suporte histórico possibilitará a investigação principal: a análise das conceituações estabelecidas na literatura e nas pesquisas acerca da Economia Solidária e suas áreas afins.

Assim, para orientar o desenvolvimento deste trabalho, formulou-se as seguintes **perguntas de pesquisa**:

1. Quais as relações, diferenças e semelhanças entre a Economia Solidária e áreas afins, como a Economia Social, a Economia Popular e a Economia do Terceiro Setor, no contexto latino?
2. De que forma esses conceitos e iniciativas podem ser dispostos com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão sobre eles?

neoclássica sustenta o liberalismo econômico e teve desde o início o objetivo central de mostrar o funcionamento do mercado de concorrência (PRADO, 2001). O termo ortodoxo refere-se a um pensamento considerado *mainstream*, ou seja, considerado normal e aceito pela maioria; por isso a necessidade de enriquecer o debate econômico com perspectivas de demais teorias. Dentre os pioneiros da teoria neoclássica pode-se destacar Carl Menger, Léon Walras, Stanley Jevons e Alfred Marshall.

Buscando atender esses questionamentos, este trabalho será dividido em seis partes, além da introdução. O primeiro capítulo é o da introdução, no qual se introduz o tema e delimita os objetivos e perguntas de pesquisa. O segundo capítulo consistirá na revisão de literatura em si, que passa por cada um dos conceitos pesquisados. O capítulo seguinte analisará os conceitos obtidos e tem como proposta a construção de um infográfico, o qual explicará as conclusões de maneira visual. O trabalho se encerra com os capítulos de conclusão e as referências bibliográficas utilizadas neste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esse capítulo consiste na revisão de literatura que passa por cada um dos conceitos pesquisados, tanto no sentido de sua origem histórica quanto em relação a suas definições e iniciativas que o compõem. Primeiro será abordada a Economia Social, já que é o termo que primeiro emerge temporalmente dentre os quatro. O segundo item aborda a Economia Solidária, o item seguinte discute a Economia Popular e, por fim, o quarto item trata sobre o Terceiro Setor.

2.1 Economia Social

Para esclarecer a fronteira entre as noções de Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular, é relevante conhecer o contexto ou lugar sócio histórico, no qual cada um desses conceitos foi formulado (FRANÇA FILHO, 2001). São as particularidades dos contextos sociopolíticos da emergência dos termos e das interpretações acerca de seus papéis que definem a compreensão de cada conceito. (FRANÇA FILHO, 2001). Por isso, esse capítulo será organizado de maneira que, em primeiro lugar, contextualize as origens históricas e políticas da Economia Social. Após a contextualização histórica, serão apresentadas as conceituações propostas pelos principais acadêmicos da área e pelos documentos de instituições relevantes da Economia Social. Esse termo foi escolhido para o primeiro capítulo exatamente por ter surgido historicamente antes dos demais conceitos, o que facilitará a compreensão da construção do conteúdo do trabalho.

A Economia Social, conforme a literatura tradicional da área, surge e caminha lado a lado às crises resultantes da revolução industrial europeia no início do século XIX. As turbulências sociais e condições deteriorantes do trabalho industrial resultaram na cooperação e associativismo entre operários como forma de enfrentamento às crises (GAIGER, 2009). Essas iniciativas, desde os primórdios, se caracterizavam pela sua autonomia, democracia e preocupação com a igualdade e a coletividade (GAIGER, 2009). Ativistas sociais, intelectuais e operários estabeleciam vínculos associativos e mecanismos de coordenação opostos à lógica de interesse, com a finalidade de produzir, consumir ou até mesmo alavancar crédito. Dentre outros antecedentes históricos que

construíram conceitualmente a Economia Social, é relevante destacar a contribuição de autores clássicos do socialismo utópico, que, na época, teorizavam e experimentavam diferentes formas de produção (ARAUJO, 2016). Segundo Araújo (2017), os autores que merecem destaque nesse contexto são Henri Saint-Simon, Fourier e Owen, por terem criado o referencial teórico que viabilizou a produção a partir de bases solidárias (ARAUJO, 2017). Até 1870, as teorias do socialismo associacionista promoviam cooperativas de produtores e dominaram o movimento operário internacional de tal maneira que, com frequência, a Economia Social era identificada como socialismo (DEFOURNY, 2009).

Um traço característico das organizações de Economia Social é sua capacidade de combinar recursos vindos do mercado com recursos não mercantis (GAIGER, 2009). Ou seja, é capaz de combinar tanto recursos provenientes da venda e troca de bens e serviços, quanto recursos vindos de subsídios públicos. Ou então, combina ainda recursos que nem sequer estão inseridos à lógica monetária, como as práticas de ajuda mútua, por exemplo. Isso evidencia uma característica importante da Economia Social, que é sua natureza plural de atividade econômica (GAIGER, 2009). A Economia Social se opôs, portanto, às tendências de reduzir à economia aos princípios de mercado e à acumulação privada, e, por isso, desempenhou um papel importante na construção do Estado de bem estar social² (GAIGER, 2009).

As políticas de bem-estar social europeu ao longo do século XX, que visavam minimizar crises e incentivar o pleno emprego, acabaram por mudar a trajetória do cooperativismo. Conforme Gaiger (2009, p. 83), “à medida que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade de tipo associativo recuou para um papel subsidiário”. Houve perda de unidade e diminuição da dimensão política e combativa da Economia Social. As

² O Estado de bem estar social, ou então o Estado-Providência foi criado a partir dos modelos econômicos de John Maynard Keynes e atribui ao Estado uma função interventiva e regulatória na vida social e econômica (NOGUEIRA, 2001). A ascensão das economias intervencionistas iniciou-se a partir da crise de 1929, quando os Estados Unidos e posteriormente países da Europa passaram a aderir a modelos de governo que protagonizavam a manutenção e promoção do bem-estar político e social de seus cidadãos. O Estado de bem-estar social fortaleceu-se principalmente após a Segunda Guerra Mundial e manteve-se forte até aproximadamente os anos 80, quando houve uma forte retomada das políticas liberais.

associações e cooperativas converteram-se em uma forma de empresa participativa e integraram-se a economia de mercado para se adaptar e sobreviver ao ambiente competitivo (LAVILLE; GAIGER, 2009). Essa incorporação capitalista do cooperativismo resulta em uma longa pausa no avanço da Economia Social. Foi apenas a partir dos anos 80, com a retomada do neoliberalismo, que a Economia Social se viu na necessidade de reestruturar-se para enfrentar a ascensão da hegemonia do mercado financeiro e as perdas de direitos sociais dos trabalhadores.

A crise da regulação keynesiana nos anos 70 deu lugar à uma série de novas experimentações, que marcaria o início de uma Economia Social renovada (GAIGER, 2009), frequentemente conhecida como Economia Solidária, ou então Economia Social e Solidária (ESS). Estas novas iniciativas locais se deram principalmente na área de serviços sociais, assistência a necessitados, novas cooperativas, indústrias em falência recuperadas por trabalhadores, grupos de finanças solidárias, comércio justo, para citar alguns. Algumas dessas novas séries de iniciativas aproximam-se, inclusive, da noção de Terceiro Setor; tema que será explorado nos itens seguintes.

Para aprofundar no entendimento da Economia Social é interessante citar o Dicionário Internacional da Outra Economia, um material escrito por acadêmicos relevantes da área de Economias Alternativas, que reúne conceituações de diversos termos da área. No capítulo que aborda a Economia Social, Defourny (2009) aponta que esse setor poderia ser genericamente definido como um conjunto de atividades econômicas que buscam democracia econômica e utilidade social. Muitas vezes essas iniciativas não se encaixam estritamente no setor privado ou no setor público, mas na verdade hibridam recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários ao simultaneamente. Há ainda, conforme apontado pelo mesmo autor, outras duas formas de conceituar a Economia Social que pode ocorrer por intermédio:

1. da identificação dos principais **princípios** das iniciativas da Economia Social;
2. da identificação das principais **formas jurídicas** ou institucionais das iniciativas da Economia Social.

Para abordar de forma mais completa essas formas de conceituação, pode-se trazer a perspectiva de diferentes instituições da Economia Social para complementar às perspectivas trazidas por Defourny.

A partir da primeira forma de identificação, a UNSSE – Agência Internacional de força tarefa de Economia Social e Solidária das Nações Unidas³ – ressalta alguns princípios das iniciativas em questão. Conforme essa agência (2021), as iniciativas da Economia Social e Solidária devem ter explicitamente objetivos econômicos e sociais e adotar formas cooperativas, associativas ou solidárias de relação entre seus trabalhadores, produtores ou consumidores.

Nota-se que esses princípios se baseiam tanto nas finalidades produtivas quando em seus modos de organização. Além disso, a agência está descrevendo simultaneamente a Economia Social e a Economia Solidária, que, como será visto melhor mais adiante, trata-se de uma associação de termos bastante comum. O próprio Defourny (2009) sugere um conjunto de princípios gerais para a Economia Social:

Entre diversas formulações possíveis dessas características próprias à economia social, uma delas combina diferentes fontes, pretendendo ser concisa e elegendo quatro princípios maiores: a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; b) autonomia de gestão; c) controle democrático pelos membros; d) primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes. (DEFOURNY, 2009, p. 158)

Dentro da segunda forma de identificação, de análise das formas jurídicas, as iniciativas atuais da Economia Social são constituídas principalmente por empresas cooperativas, sociedades mutualistas, fundações e organizações associativas (DEFOURNY, 2009). A própria Organização Internacional do Trabalho (ILO) confirma esse entendimento, pois descreve a Economia Social e Solidária como “um conceito que se refere a empresas e organizações, em particular cooperativas e sociedade de benefício mútuo, associações, fundações e empresas sociais, que produzem

³ A UNTFSSSE é a Força Tarefa Inter-Agências da ONU sobre Economia Social e Solidária (<https://unsse.org/about/?lang=pt-br>)

especificamente bens, serviços e conhecimento enquanto buscam objetivos sociais e incentivam a solidariedade” (SOBRE...2021).

As empresas cooperativas se tornaram uma área ampla que continua se expandindo sob as mais diferentes formas jurídicas, como por exemplo em cooperativas agrícolas, sociais, de poupança, crédito, consumo, seguro etc. (DEFOURNY, 2009). Nos países do Sul da América, há muitas iniciativas que não adotam estatutos ou rótulos claramente cooperativos, mas que seguem regras e práticas. É o caso dos sindicatos, união de produtores e grupos de camponeses e artesões, por exemplo. Em países industrializados do Norte da América, muitas empresas não se denominam como cooperativas, mas apresentam finalidades sociais, e, portanto, podem ser classificadas sob esse termo também (DEFOURNY, 2009). No caso das sociedades mutualistas, estas podem ser definidas como organizações que, apesar de terem denominações variadas, são geridas coletivamente e visam o atendimento às necessidades locais. Por fim, dentro das associações, fazem parte qualquer forma de associação livre que vise a produção de bens ou serviços sem que seu objetivo principal seja o lucro (DEFOURNY, 2009).

Sob um ponto de vista mais crítico, entretanto, a denominação jurídica de uma determinada iniciativa não necessariamente garante que ela de fato atenda princípios sociais e cooperativos. Conforme França (2001, p. 55), “As organizações da chamada Economia Social hoje, na França por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública”. De maneira geral, as formas jurídicas da Economia Social são muito variadas e, portanto, é importante lembrar que essa área não compõe um conjunto homogêneo de iniciativas. Vale pontuar que a Economia Social enfrenta problemas de isomorfismo que diluem as especificidades dessa área (GAIGER, 2009), pois com o passar do tempo a Economia Social englobou ramos muito diversos do associativismo, o que dificultou a convergência de significados. Portanto, o entendimento do termo não é homogêneo e engloba, por exemplo, tanto os ramos de assistência social quanto os movimentos de frente de luta (GAIGER, 2009).

Em resumo, a trajetória da Economia Social se inicia com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX europeu, uma forma de resistência popular que dá início a um grande número de experiências solidárias influenciadas pela ideia da ajuda mútua, da cooperação e da associação (FRANÇA FILHO, 2001). Esse setor se transforma conforme os desafios de cada local e época, tendo inclusive perdido a sua força ao longo de boa parte do século XX. Apesar de autores e instituições da área sugerirem princípios conceituais diversos, é notável que existem entendimentos comuns acerca da Economia Social. A valorização do propósito social sobre o lucro – apesar de ambos serem finalidades presentes – e a gestão autônoma, solidária e democrática, por exemplo, são características presentes nos trabalhos de todos os autores aqui citados. Além disso, a Economia Social também tem formas jurídicas bem definidas, sendo elas as cooperativas, as sociedades mutualistas, as fundações e as organizações associativas; embora sua denominação jurídica nem sempre garanta o cumprimento de princípios sociais e cooperativos.

Ainda vale lembrar que a Economia Social retorna renovada após anos 80, a partir de uma necessidade de enfrentamento à retomada neoliberal. Nesse contexto, a Economia Solidária acaba surgindo no cenário latino como uma variação da própria Economia Social, e, com isso, surge também uma solução para a ambiguidade conceitual de termos. Atualmente é comum se utilizar uma denominação híbrida: Economia Social e Solidária (GAIGER, 2009). Em geral, este termo híbrido refere-se a um conjunto de iniciativas de livre associação democrática de trabalhadores que visam o ganho econômico, qualidade de vida e participação cidadã. A Economia Social e Solidária nesse contexto se envolve em lutas coletivas mais amplas e se mantém se utilizando tanto de recursos mercantis, quanto os não-mercantis e não-monetários.

Entretanto, é importante diferenciar os termos, pois mesmo que sejam vistos juntos, muitas das iniciativas juridicamente categorizadas como Economia Social não necessariamente atendem aos princípios cooperativos e sociais. Como será visto no próximo capítulo, a Economia Solidária tem uma dimensão política muito mais demarcada, e, por mais que os dois termos tenham princípios e origens históricas em comuns, na prática frequentemente representam dois universos de distintas experiências (FRANÇA FILHO, 2001).

2.2 Economia Solidária

Como visto no item anterior, a Economia Solidária surge como uma versão renovada da Economia Social. Apesar dos termos serem frequentemente utilizados em conjunto, a Economia Solidária apresenta conceituações e expressões distintas, assim como alguns processos sócio históricos particulares.

Para explorar as particularidades da Economia Solidária serão abordadas ao longo desse item as definições propostas por diferentes autores e instituições. A princípio, será apresentado como o termo Economia Solidária surgiu historicamente, dentro do contexto latino, como uma variação das práticas da Economia Social. Serão, então, apresentados os conceitos e debates elaborados pelos principais nomes da literatura da Economia Solidária, complementadas por pesquisas de demais pesquisadores brasileiros relevantes. As informações serão acrescidas, ainda, de documentos de instituições que trabalham com Economia Solidária, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a SENAES para proporcionar um entendimento mais completo acerca das definições da Economia Solidária.

A Economia Solidária é um termo utilizado amplamente em diversos continentes, com múltiplas interpretações que se relacionam à solidariedade (LAVILLE; GAIGER, 2009). Nas palavras de Paul Singer, “A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução” (SINGER, 2002, p. irreg.). A Economia Solidária percorre uma trajetória de longa data, vinculada principalmente à história associativa dos trabalhadores que se inicia no começo do século XIX. Ou seja, a Economia Solidária surge juntamente com a história da Economia Social, como resultado das crises da revolução industrial europeia no início do século XIX. É importante dizer que o termo Economia Solidária veio a ser cunhado apenas ao final do século XX, ainda que muitos dos materiais apontam que o nascimento da Economia Solidária tenha sido o próprio nascimento da Economia Social operária do século XIX. A Economia Social seria o precedente, a fundação que permitiu com que Economia Solidária surgisse. Por isso, os antecedentes históricos que construíram conceitualmente a Economia Solidária são os mesmos descritos na contextualização

histórica da Economia Social no item anterior. As experiências modificam, ao longo da história, o conteúdo das práticas dessas iniciativas (FRANÇA FILHO, 2001). Hoje, a Economia Solidária apresenta, para além da sua dimensão econômica, um fundo de luta política.

É importante dizer que a origem da Economia Social e Solidária, como geralmente é contada pela literatura mais popular da área, tem em vista principalmente a perspectiva histórica europeia. Os países periféricos, em contraste, ainda não haviam se industrializado no século XIX. Enquanto países europeus enfrentavam as consequências da revolução industrial, os países do Sul, alternativamente, lidavam com outros tipos de problemas, como o da colonização, do subdesenvolvimento e da escravidão. É por esta razão que nos países periféricos não houve movimento associativo operário como aquele conhecido no século XIX na Europa. Por outro lado, mesmo antes da industrialização da América Latina, já subsistiam práticas econômicas fundadas na solidariedade, onde a produção material era regida por necessidades coletivas e sociais (LAVILLE; GAIGER, 2009). Uma leitura culturalmente mais ampla da Economia Solidária permite encontrar antecedentes longínquos no continente, que expressavam suas práticas coletivas desde as formas autóctones pré-colombianas, por exemplo, ou também nos sistemas coletivos adotados por escravos libertos (GAIGER, 2009). Essa diferenciação entre a construção da Economia Solidária em diferentes regiões é importante, pois, resulta posteriormente, em entendimentos relativamente diferentes acerca da Economia Social, e consequentemente da Economia Solidária. Nos países do Sul global, o intuito principal da Economia Solidária é garantir condições materiais à sobrevivência daqueles que não são integrados à economia de mercado, sem acesso à renda ou direitos sociais e por isso participam da rede popular e associativa em suas lutas de resistência (LAVILLE; GAIGER, 2009). No Norte global, o objetivo é essencialmente enfrentar as crises do Estado e reagir a eventuais faltas de medidas de proteção social através das iniciativas solidárias (LAVILLE; GAIGER, 2009). Enquanto no contexto europeu as iniciativas representam uma ferramenta de enfrentamento de crises, nos países periféricos, a Economia Social ou Solidária é uma ferramenta de sobrevivência.

O principal fator da retomada da Economia Solidária no Brasil e no mundo se deu pelo reconhecimento dessa área como uma ferramenta crucial para a superação da pobreza e desigualdade. Nas últimas décadas, os países latino-americanos apresentaram um franco crescimento demográfico nas cidades que não foi totalmente absorvido pelo mercado de trabalho formal (GAIGER, 2009). Esse contingente populacional expandiu os bairros periféricos e pobres e se viu na necessidade de sobreviver através de ocupações informais. Diante desse contexto, a partir dos anos 80, os setores populares começaram a demonstrar sua capacidade de mobilização, o que resultou no surgimento de diversas experiências coletivas de geração de renda na América Latina (GAIGER, 2009). Esse período marca o resgate da Economia Solidária e, conforme Gaiger (2009), a economia informal deixa de representar apenas um resíduo marginal do capitalismo e transforma-se em um fenômeno estrutural no contexto latino. Esse processo histórico de surgimento de iniciativas informais e populares também será mais bem explorado no item seguinte, sobre a Economia Popular.

Hoje, a base teórica da Economia Solidária pode ser encontrada em autores e pesquisadores tanto da América quanto da Europa. O livro ECONOMIA SOLIDÁRIA: Construção de Conceitos e a Importância da sua Prática (ARAUJO, 2016), aborda os significados da Economia Solidária a partir dos principais autores da área e identifica apontamentos importantes em relação aos conceitos atuais. Conforme o autor, as diferentes conceituações “convergem para as mesmas direções nos seus conceitos e se aproximam claramente uns dos outros ao estabelecer características próprias das Economia Solidária” (ARAUJO, 2017, p. irreg.).

Para compreender melhor os conceitos expostos na literatura, é interessante apresentar as ideias propostas pelos principais autores da Economia Solidária. Um dos mais relevantes pesquisadores contemporâneos da área é o sociólogo francês Jean-Louis Laville, autor e organizador de mais de cinquenta livros sobre economias alternativas, incluindo o Dicionário Internacional da Outra Economia citado anteriormente. Laville, de maneira geral, enxerga a economia como uma estrutura plural e aponta que a Economia Solidária seria mais uma das diversas formas de organização econômica (ARAUJO, 2016). Como apresentado no livro de Araújo (2017):

Laville caracterizava a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a Economia Solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional (apud LECHAT, 2002, p. 7). Assim, Laville destaca que a Economia Solidária não possui a mesma lógica de mercado capitalista e nem a lógica dos interesses do estado, essas lógicas diferenciadas podem estar presentes entre si e não necessariamente concorrerem, podem se interligarem e uma contribuir com a outra (ARAUJO, 2017, p. irreg.).

É importante notar que a Economia Solidária, pela ótica de Laville, apesar de fundar-se em uma lógica distinta da capitalista, é capaz de, não apenas integrar o capitalismo, mas também de estabelecer vínculos positivos com esse sistema.

Outro acadêmico importante é o economista brasileiro Paul Singer, que se destaca pelas suas pesquisas e práticas em Economia Solidária tanto em âmbito nacional quanto internacional. Singer foi membro fundador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e representa talvez o nome mais relevante da área da Economia Solidária nacionalmente. O conceito de Economia Solidária de Paul Singer parte da cooperação aplicada à economia, que contrasta com o individualismo e competição incentivados pelo capitalismo (ARAUJO, 2017). Em seu livro “Ensaio Sobre Economia Solidária”, Singer explica que o termo se refere à organizações de produtores, consumidores, ou poupadores, que se distinguem por estimularem a solidariedade entre seus membros; através da autogestão e da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase aos mais desfavorecidos (SINGER, 2018). Além disso, a Economia Solidária representaria, ideologicamente, um projeto de sociedade que preza pela democracia, pelas liberdades individuais, políticas e econômicas do trabalhador e proporciona inserção no processo produtivo. A Economia Solidária assume, muitas vezes, o papel de ferramenta de inclusão social e de combate ao desemprego em massa (SINGER, 2018). Conforme Singer (2018), além dos grupos sociais carentes, a Economia Solidária acolhe também a população de jovens de escolaridade elevada que se encontram sem perspectiva de emprego. Eles se organizam em cooperativas, que desempenham funções que, antes da retomada do neoliberalismo, eram exercidas por funcionários

públicos (SINGER, 2018). Nesse aspecto, um ponto importante a ser feito e que será explorado melhor nos próximos capítulos, é que a Economia Solidária se aproxima do Terceiro Setor ao tomar forma de organizações não governamentais (SINGER, 2018).

Reforça-se novamente a ideia de que uma empresa solidária não se estabelece apenas para permitir ganhos dos sócios, mas como necessidade dos trabalhadores na luta contra o capitalismo (SINGER, 2018). Conforme o autor, a Economia Solidária é uma proposta econômica ao mesmo tempo que político-ideológica, o que exige dos seus integrantes a aceitação de valores que vão contra os valores dominantes capitalistas. Assim, além de enxergar a Economia Solidária como ferramenta de inclusão social ou de combate a crises pontuais, Singer evidencia também o caráter revolucionário da Economia Solidária (ARAUJO, 2016).

Laville e Singer são dados como os principais autores que contribuíram para o debate dos conceitos da Economia Solidária no século XIX, tanto no plano nacional quanto internacional. Paul Singer, falecido em 2018, levava em conta em suas abordagens a luta de classes e a exploração capitalista, enquanto Laville apresenta a economia como uma estrutura plural e coloca a Economia Solidária apenas como mais uma das formas de se organizar economicamente. A abordagem teórica de Singer parte do marxismo e sugere a Economia Solidária como ferramenta de superação do sistema capitalista, enquanto Laville sugere que a Economia Solidária pode se aproximar do sistema social vigente. A Economia Solidária sob a perspectiva de Laville poderia, inclusive, cooperar com o capitalismo permanentemente, se conectar a outras formas de economia e a partir dessas conexões, potencialmente estabelecer uma nova ordem que supere o capitalismo vigente (ARAUJO, 2016). Para Laville, apesar da Economia Solidária não possuir a mesma lógica do capitalismo, elas não necessariamente concorrem entre si, elas podem se interligar e contribuir uma para a outra (ARAUJO, 2016). A diferença para Singer é sua inclinação socialista. Para ele, o projeto da Economia Solidária é a mais importante alternativa factível para o capitalismo.

Para Singer, a Economia Solidária apresenta-se como modo de produção alternativo, ainda que estruturada dentro do cerne do capitalismo (GAIGER, 2017). Na América Latina, o entendimento alinha-se principalmente à proposta de Singer, da Economia Solidária como um novo modo de produção, e, portanto, também será a visão

adotada por este trabalho para realizar as comparações conceituais no capítulo seguinte. O conceito mais comum na América do Sul é o da Economia Solidária como iniciativa não somente focada na geração de renda e emprego, mas também como uma ferramenta catalisadora de qualidade de vida, democracia e participação pública (GAIGER, 2017). Representaria ainda, um projeto político de sociedade não centrada nas esferas do Estado e do Mercado, mas sim em uma hibridação de economias (a partir da combinação de economias mercantis, não mercantis e não monetárias), com múltiplas alternativas de captação de recursos e diversas formas de racionalidades (FRANÇA FILHO, 2001).

De maneira geral, reunindo os conceitos apresentados pelos diversos autores, alguns dos princípios claros e comuns da Economia Solidária são: ênfase na cooperação e mutualidade, democracia, autogestão, propriedade coletiva de bens (partilha dos resultados, responsabilidade solidária) e responsabilidade social. Os conceitos da Economia Solidária vão sendo acrescentadas a partir dessa base teórica pelos pesquisadores e grupos que trabalham na prática (ARAUJO, 2016).

Ainda para complementar as principais características da área, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – extinta em 2016⁴ – definia institucionalmente a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas de forma solidária e cooperativa por trabalhadores, através da autogestão (ARAUJO, 2016). Conforme um dos Termos de Referência da SENAES (2005), a Economia Solidária seria o conjunto de organizações coletivas, geridas a sob a forma da autogestão, que realizam a produção de bens e serviços, finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. Trata-se, portanto, de uma alternativa de inclusão social que combina cooperação, autogestão, solidariedade e economia (CAVALCANTI, 2005).

⁴ Em 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a SENAES foi realocada sob a forma de subsecretaria de Economia Solidária na Secretaria de Relações do Trabalho, ainda dentro do Ministério do Trabalho. Em 2019, através do decreto de nº 9674 sob o governo Bolsonaro, a SENAES foi permanentemente extinta e o governo optou apenas por manter um Conselho Nacional de Economia Solidária. No mesmo ano, o Ministério do Trabalho também deixa de existir.

Em relação as formas jurídicas da Economia Solidária, conforme a UNIRISD (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social) o campo da Economia Social e Solidária geralmente inclui

(...) cooperativas, associações mútuas de saúde e de seguros, certos tipos de fundações e ONG prestadoras de serviços, grupos de microfinanças ou de finanças solidárias, grupos de ajuda mútua, organizações de base comunitária, e novas formas de empreendimentos sociais que produzem bens e serviços, atendendo às necessidades não satisfeitas, mobilizando recursos não usados, envolvendo-se na prestação coletiva de serviços e gerenciando recursos comuns. (SANTANA, 2005, pag. 11).

O documento da UNIRISD, escrito por Santana, ainda destaca que diferentes definições da ESS (Economia Social e Solidária) revelam características variadas, já que suas iniciativas buscam simultaneamente uma combinação de objetivos econômicos, sociais, ambientais e emancipatórios (SANTANA, 2014). A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, sublinha que as organizações da Economia Social e Solidária atuam entre o mercado e o Estado, ainda que seu papel não seja residual (SANTANA, 2014). Elas podem ser tanto definidas a partir de seu estatuto jurídico – como é o caso principalmente das cooperativas, associações mútuas e fundações - ou com base em seus princípios comuns; por exemplo, a partir do enfoque no social ao invés do lucro e sua autogestão. A RIPESS (Rede Internacional de Pesquisa em Economia Social e Solidária) salienta que a ESS não inclui apenas as organizações de empreendimentos, mas também movimentos cidadãos que visam a democratização e transformação da economia (SANTANA, 2014). As variações nas definições demonstram a diversidade de iniciativas e abordagens que compõem o movimento ainda em ascendência da ESS.

Outra pesquisa relevante para compreender o quadro multiforme de organizações que compõem a Economia Solidária é o primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária realizado em 2007. Dos 22 mil empreendimentos analisados, foi possível categorizá-los em duas áreas principais:

- Aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Incluem empresas autogestionárias recuperadas, grupos informais de produção,

cooperativas agropecuárias e de trabalho, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas.

- Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Compreendem as associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias (GAIGER, 2009, pag 86).

De forma geral, ao analisar os conceitos apresentados ao longo do capítulo, é possível observar que há convergência entre as características propostas para definir a Economia Solidária, principalmente entre autores que estão inseridos dentro de uma mesma região, como é o caso da América Latina. Apesar de haver um grau de discordância entre a perspectiva europeia e a latina em relação à Economia Solidária representar ou não uma nova forma de produção, em geral eles concordam nos demais valores da Economia Solidária. Os conceitos da Economia Solidária são constantemente construídos e acrescentados a partir dessa base teórica, sendo contribuída por diversos grupos de pesquisas e entidades fomentadoras da Economia Solidária ao redor do mundo. As práticas da Economia Solidária, inclusive, contribuem para o entendimento dos conceitos, assim como os incentivos do governo também contribuem para essa construção. É importante, entretanto, compreender quais desses aspectos apresentados da Economia Solidária também se fazem presentes em outras áreas, em quais pontos se aproximariam ou se distanciariam. Algumas conceituações levantadas ao longo do capítulo, como o da aproximação da Economia Solidária e o Terceiro Setor, serão exploradas nos tópicos seguintes.

2.3 Economia Popular

Como mencionado em itens anteriores, as redes populares de trabalhadores são uma base importante das iniciativas da Economia Social e Solidária. Foram os setores populares que resgataram a Economia Solidária nos anos 80 ao se mobilizarem para o surgimento de iniciativas coletivas na América Latina (GAIGER, 2009). As redes populares de trabalhadores demonstraram sua relevância para o movimento e, por esta razão, o entendimento de Economia Solidária frequentemente se sobrepõe ao da Economia Popular. Para poder distinguir tais terminologias, cabe aprofundar no

entendimento da Economia Popular, compreender quais são suas origens políticas, quais são suas iniciativas e quem seriam seus integrantes. Esse item do capítulo pretende clarificar o significado desse termo e, para isso, foram levantadas conceituações apresentadas por múltiplos autores e pesquisadores que discutem o entendimento da Economia Popular. O item desse capítulo também aborda quais iniciativas se encaixam nessa área, em quais contextos tal expressão é utilizada, quais as críticas feitas ao setor e, por fim, em que aspectos essa área se aproxima da Economia Solidária.

De início, é possível dizer que a noção de Economia Popular é aplicada, na maioria das vezes, para descrever uma realidade heterogênea e um processo social de “aparição e expansão de atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginalizados da América Latina.” (RAZETO⁵, 1991 apud FRANÇA FILHO, 2001, p. 57). O objetivo dessas atividades seria assegurar a satisfação econômica daqueles agentes marginalizados, ligados especificamente ao contexto latino-americano, onde o Estado não possui a mesma configuração de Estado social típica das economias europeias (FRANÇA FILHO, 2001).

Conforme França Filho, professor titular da UFBA e pesquisador experiente da área da Economia Solidária, as iniciativas da Economia Popular representam uma extensão das solidariedades ordinárias, ou seja, aquelas que praticamos no cotidiano dentro de nossos círculos primários. Os textos de França Filho demonstram relevância por aparecerem como resultado principal e mais citado do Google Scholar quando feitas as pesquisas “economia popular conceito”, “economia solidária conceito” e “economia social conceito”. Muitos de seus trabalhos publicados se debruçam sobre a distinção de conceitos como a Economia Popular, Social, Solidária e o Terceiro Setor e, por isso, foram muito úteis para elucidar as diferenças entre os conceitos abordados nesse trabalho. Conforme o autor, o traço mais característico da Economia Popular seria precisamente o fato dela residir no tecido social local ou comunitário, dentro das práticas de reciprocidades, que seriam os meios para a realização de atividades (FRANÇA FILHO, 2001).

⁵ RAZETO, L. **La veine populaire dans l'économie latino-américaine**. Bruxelles: La Revue Nouvelle, vol 47, n°2, 1991.

Similarmente, o Dicionário Internacional da Outra Economia sugere que esse setor é compreendido pelo “conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras, com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis.” (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 150). Trata-se de uma dimensão da economia que vai além da simples obtenção de ganhos materiais, pois a Economia Popular está vinculada à reprodução ampliada da vida. Ela valoriza, além dos ganhos monetários, as satisfações imateriais. Esse setor apreça o trabalho e a melhoria de qualidade de vida e, por isso, valoriza elementos fundamentais da formação humana, como a socialização da cultura, educação, saúde e da moradia, por exemplo. Por isso, a Economia Popular não se manifesta somente nas práticas econômico-sociais que objetivam ganhos monetários — apesar deste ser um aspecto presente e relevante —, mas também na solidariedade dentro das unidades domésticas, entre amigos e membros da comunidade.

Em relação aos sujeitos que protagonizam essas iniciativas, conforme o nicaraguense Orlando Nuñez (1997), fariam parte principalmente a população desempregada, pobre; os trabalhadores individuais, cooperativados, associados ou agrupados em redes e também operários do campo e da cidade que participam em projetos comuns de desenvolvimento alternativo ao capitalismo. Historicamente, a Economia Popular é a forma em que a população que não vive da exploração da força de trabalho alheio se organiza para garantir seu estar no mundo (ICAZA; TIRIBA, 2003).

Ainda conforme o Dicionário Internacional, a reprodução da vida social liderada pelos setores populares varia dependendo dos espaços históricos, se adaptando aos modos e produção em que se inserem (ICAZA; TIRIBA, 2003). É importante mencionar, então, que foram principalmente economistas e sociólogos da América Latina que desenvolveram interpretações sobre os significados e iniciativas dos setores populares, posteriormente passando a serem utilizados em diversas partes do mundo (ICAZA; TIRIBA, 2003). Autores como Nyssens, Larrachea e Luís Razeto, por exemplo, afirmam que o termo Economia Popular é preferido principalmente para designar as realidades de países em desenvolvimento como os da África e da América Latina (LECHAT, 1999). Na visão deles, esse setor é composto pelo conjunto de atividades cujos atores são a parte

mais pobre da população da cidade. A razão por trás desse entendimento é que, por tratarem-se de uma população marginalizada e em contexto de cultura colonizada, os atores da Economia Popular apoiam-se em componentes solidários sem os quais não seria possível sobreviver (CORAGGIO, 1991). Outras vertentes – principalmente inspiradas nas ideias de Karl Polanyi – que trazem a perspectiva da economia plural, caracterizam a Economia Popular como distinta das lógicas do estado e do mercado, pois incorpora a reciprocidade como elemento fundamental (ICAZA; TIRIBA, 2003).

Já é possível observar semelhanças entre as definições da terminologia sugerida por bibliografias diversas, como entre os textos de França Filho, Orlando Nuñez e o fragmento do Dicionário Internacional da Outra Economia. Para complementar o entendimento da Economia Popular e as principais formas que se manifesta, as obras do argentino José Luis Coraggio, nome proeminente da pesquisa em Economia Social, trazem pontos adicionais. O autor argumenta que a lógica da “reprodução ampliada da vida” é o elemento essencial que diferencia a Economia Popular dos demais setores econômicos (CORAGGIO, 1991). O sentido desse setor seria a da reprodução social e biológica da vida de seus membros não somente à nível mínimo de subsistência, mas também dentro das melhores condições possíveis (CORAGGIO, 2013a). Para o autor (2013a), as formas de Economia Popular incluem trabalhadores individuais que procuram associações em algum nível e empreendimentos familiares. Esse setor flui e muda de formas, tendo como base de organização econômica as unidades domésticas, suas extensões – como as organizações econômicas – e as comunidades. Algumas de suas categorias principais são geração de renda, consumo, oportunidades de trabalho, hibridação de recursos, empreendimentos, programas assistenciais, ajuda mútua e qualidade de vida (CORAGGIO, 1991). Outro aspecto interessante da abordagem de Coraggio é sua interpretação da economia como um campo organizado em três subsistemas: a economia empresarial-capitalista, a economia pública e estatal (não orientada para lucro) e a economia popular. O esquema abaixo demonstra as ideias do autor de maneira visual:

FIGURA 1 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA MISTA



FONTE: CORAGGIO (2013) , pag. 19.

A visão de Coraggio (2013) é que o setor da Economia Popular é diferente dos outros setores, cujas lógicas são a da acumulação e legitimação do poder. O setor da Economia Popular incluiria todas as unidades domésticas que não vivem da exploração do trabalho alheio e nem de riqueza acumulada, mas sim de membros que continuam trabalhando para realizar expectativas média de qualidade de vida (CORAGGIO, 1991). Razeto, economista chileno cujos estudos são elaborados com base na realidade trabalhadora de seu país, complementa que a Economia Popular é entendida como um fenômeno generalizado de países latino-americanos (ICAZA; TIRIBA, 2003). Similarmente à Coraggio, Razeto compreende que a Economia Popular é organizada sob unidades econômicas individuais, familiares ou grupais e seus atores contam com

nenhum – ou quase nenhum – capital, sua fonte de riqueza é a força de trabalho (RAZETO, 1993).

Em relação as definições de quais atividades pertencem a esse setor, Razeto (2007) adota uma classificação bastante abrangente. O autor identifica cinco tipos de atividades e empreendimentos que poderiam se qualificar como economia popular (SILVA, 2007). São estas:

- a) Atividades assistenciais e filantrópicas, como mendicância de rua, programas oficiais para concessão de benefícios para indigentes ou setores de extrema pobreza
- b) Atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas.
- c) Iniciativas individuais não estabelecidas e informais, como camelôs, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de sucata, etc. – algumas vezes vinculados com o mercado formal.
- d) As formas de associativismo, como microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios, como oficinas de costura, bares, 'vendinhas', etc.
- e) Organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, geralmente surgidas de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares. Como exemplo, as cooperativas (RAZETO⁶, 1993 apud SILVA, 2007, p. 46).

Com essa conceituação proposta por Razeto, nota-se uma questão interessante: a Economia Popular no Brasil, em especial em grandes centros urbanos, inclui atividades empreendidas por trabalhadores informais, algumas inclusive tidas como ilegais (SILVA, 2007). Conforme Gaiger (2017), a característica que mais marca a diferença entre iniciativas sociais e solidárias entre países do norte e do sul global, é a informalidade. É importante pontuar que, até então, o conceito anteriormente visto de Economia Solidária incluía também atividades informais, mas aqueles referentes a grupos ou associações informais de produção, o que não se iguala a iniciativas individuais informais ou então a atividades ilegais e delitos.

A história da informalidade na América Latina é geralmente atribuída ao rápido crescimento do êxodo rural durante as ultimas cinco décadas (GAIGER, 2017). Nesse

⁶ RAZETO, Luiz: **Economia de Solidariedade e Organização Popular**, in GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F., Educação Comunitária e Economia Popular, Cortez, São Paulo. 1993, p. 36.

processo, o mercado formal de trabalho foi incapaz de absorver totalmente o contingente populacional migrado do campo à cidade, deixando essa população à mercê de estratégias próprias de subsistência, que frequentemente resultaram na expansão do mercado informal (GAIGER, 2017).

Entretanto, é importante mencionar que, embora a informalidade seja uma característica marcante da Economia Popular, a literatura tem levantando análises que não se limitam apenas ao entendimento desse setor como estratégia de sobrevivência e resistência dos pobres em relação ao capitalismo. Prandi (1978 APUD SILVA, 2007), por exemplo, questiona que mesmo que os trabalhadores da economia informal e popular se situassem fora do conflito entre assalariados e capital, os mesmos são na verdade resultados da dinâmica dessa relação. Silva (2007) menciona que a informalidade tem sido problematizada em trabalhos científicos recentes, pois contestam que a luta contra a pobreza seja na verdade uma condição estrutural desses trabalhadores. Condição essa, que inclusive contribuiria para o projeto neoliberal de economia, pois a informalidade colabora com o barateamento da força de trabalho. Ou seja, é importante reconhecer a informalidade como característica marcante da Economia Popular e da América Latina, mas não sem discernir que a informalidade é na verdade um resultado estrutural da dinâmica capitalista; e não um valor intrinsecamente almejado pelo setor.

A partir dos autores levantados, fica evidente que há uma variação de conceitos utilizados para designar essa economia de trabalhadores que denominamos de Economia Popular. O termo é frequentemente confundido com o da Economia Solidária, embora existam ainda aqueles que preferem uma utilização híbrida do termo, Economia Popular e Solidária (EPS). Para Silva (2007), as diferenças semânticas do uso desses conceitos são ligados principalmente ao contexto ideológico, tanto no sentido do contexto histórico em que cada termo emergiu, mas também de quais atores sociais se apropriam da expressão. Conforme França Filho (2002), a compreensão depende também das “interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 10). Diante a essa tendência de utilização dos conceitos como sinônimos, Lia Tiriba (2007) ressalta a importância de se levar em conta a origem histórica do conceito, o sentido que assume

em relação ao seu respectivo lugar sócio histórico e as elaborações discursivas que o acompanham e as disputas de poder a que servem. Não somente neste item do capítulo, mas também nas demais partes desse trabalho, os autores reforçam a importância de uma leitura que leve em consideração a análise sócio histórica e um estudo estrutural da utilização política do termo. Tendo isso em mente e também diante da tendência crescente de utilizar o termo Economia Popular associada a outros conceitos – tanto no mundo da academia quanto do trabalho –, os parágrafos seguintes buscam uma melhor diferenciação entre os termos e quais iniciativas cada uma delas abarca.

Nem todas as atividades desenvolvidas dentro da Economia Popular apresentam caráter solidário, como se pode observar, por exemplo, em algumas atividades da economia informal que reproduzem a lógica da economia de mercado capitalista com a diferença de não contarem com regulação formal (SILVA, 2007). Para Icaza e Tiriba (2003) é comum que estudiosos e militantes mencionem a EPS referindo-se a experiências da Economia Popular que se caracterizem explicitamente por formas coletivas de funcionamento e abordem a solidariedade como projeto político. Ou seja, nem toda Economia Popular é Solidária e nem toda Economia Solidária é Popular (SILVA, 2007). Por mais que a Economia Popular inclua ações que engajem em atividades assistenciais, filantrópicas, informais e ilegais, também existe outro caminho possível. Esse caminho seria ainda próximo da Economia Popular, mas também diferente em alguns aspectos, chamado de Economia Popular Solidária (EPS).

Gaiger afirma que a EPS abarca apenas uma fração da Economia Popular, pois, dentro desta última, são utilizados diferentes valores e meios para se assegurar a sobrevivência (SILVA, 2007). A EPS englobaria então, atividades econômicas de origens populares – ou seja, que partem de sujeitos de classes sociais que não possuem meios de produção – desde que apresentem objetivos simultaneamente solidários. Ou seja, atividades que se comprometam com os interesses coletivos, com a melhoria de qualidade de vida e distribuição justa de resultados.

Para compreender a EPS é preciso entender o conceito de “economia” na maneira que é aplicado nesse contextos e quais significados dos adjetivos “popular” e “solidária” vinculados a ela (SILVA, 2007). Segundo Silva (2007), o significado de “economia”, nesse setor, não se refere à técnicas de administração de negócios e mercados, mas a

uma forma de pensar e atuar em relação à produção, comercialização, cuidado ambiental, social, consumo e ao bem viver. O termo “popular”, nesse contexto, é um adjetivo que faz referencia “àquela parcela da população fortemente atingida pelo desemprego, pela precarização do trabalho assalariado e pela insegurança e opressão ensejadas pelas contradições do capitalismo atual.” (SILVA, 2007, p. 53). Por outro lado, o adjetivo “solidária” refere-se a concepção política de comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, com éticas nas relações de trabalho, econômicas e sociais. Remete aqueles conceitos mencionados no item 3.2 que descrevem a Economia Solidária: está relacionada, para além da produção econômica, com processos sociais, educativos e de geração de consciência crítica. A EPS prezaria também, assim como é feito na Economia Solidária, por princípios organizativos como a autogestão, a divisão de receitas, democracia, prática de preços justos, posse coletiva dos meios de produção, sustentabilidade, valorização do trabalho humano sobre o capital etc. Está associada também a possibilidade de um novo modelo econômico-social construída por trabalhadores, um novo modo de produção. Conforme Menezes Neto (2003), a racionalidade econômica e social da EPS promove, com o apoio da educação popular, a formação de coletivos compostos pela classe trabalhadora e a construção um momento real de ação. Exemplos dessas práticas são por exemplo a agricultura familiar, o movimento da agricultura orgânica, economias indígenas, quilombolas, assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), empresas autogestionadas, as cooperativas, as experiências de trocas solidárias, dentre outras formas de organizações articuladas por trabalhadores autogestionários (SILVA, 2007).

Juntando as informações levantadas no capítulo, podemos colocar de maneira sucinta que o entendimento da Economia Popular diz respeito aquelas atividades produtivas e comerciais que se dão no interior de setores pobres e marginalizados, principalmente da América Latina. De maneira resumida, a Economia Popular almeja a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e mobilização de recursos disponíveis de seus atores. Ela valoriza, além dos ganhos materiais, a qualidade de vida, pois busca reprodução social e biológica da vida de seus membros não somente à nível de subsistência, mas dentro das melhores condições possíveis também. A Economia Popular opera a partir das extensões de solidariedades ordinárias,

ou seja, aquelas que praticamos em nosso cotidiano, a partir das unidades domésticas e suas extensões. Os atores dessas iniciativas são sujeitos da classe trabalhadora, muitas vezes pertencentes à população desempregada e empobrecida. Os protagonistas da Economia Popular são aqueles que dependem da sua força de trabalho para subsistir, ou seja, aqueles que não detém os meios de produção.

A Economia Popular também é bastante marcada pela informalidade, embora existam também críticas em relação a tal característica. Além disso, existem diferenciações entre os termos da Economia Popular e da Economia Solidária, assim como existem características comuns entre elas. Em alguns pontos, a Economia Popular intersecciona com a Economia Solidária, sendo chamada de Economia Popular e Solidária (EPS). A EPS comumente se refere a experiências da Economia Popular que se caracterizem explicitamente por formas coletivas de funcionamento e abordam a solidariedade como projeto político. Ou seja, a EPS engloba atividades econômicas de origens populares – que partem de sujeitos de classes sociais que não possuem meios de produção – e apresentam objetivos solidários. Seriam aquelas atividades que se comprometem com os interesses coletivos, com a melhoria de qualidade de vida e distribuição justa de resultados. Está associada também a possibilidade de um novo modelo econômico-social construída por trabalhadores, um novo modo de produção.

Uma conclusão retirada desse item quando comparada a considerações anteriores levantadas nesse trabalho, é que o conceito da EPS se aproxima bastante da perspectiva latina da Economia Social e Solidária. Ambas dão relevância a iniciativas que se originam de bases populares e ressaltam a importância da ideia de superação ao modelo capitalista. Essa comparação é feita referindo-se a ESS especificamente latina pois, como visto previamente, o objetivo da ESS na Europa é essencialmente enfrentar crises do Estado e reagir a eventuais faltas de medidas de proteção social. Já na América do Sul, o intuito é garantir condições materiais à sobrevivência daqueles excluídos da economia de mercado, simultaneamente promovendo uma criticidade maior em relação ao modelo econômico vigente. O próprio conceito da Economia Popular é inerente ao contexto latino, pois o termo foi criado e difundido por pesquisadores dessa região; diferente da Economia Social e Solidária, que apesar de já representar um movimento próprio na América Latina, apresenta raízes conceituais europeias. Em conclusão, no

contexto latino, ESS e a EPS são frequentemente utilizadas como sinônimos, pois a Economia Social e Solidária latina apresenta valores, formas jurídicas e princípios muito próximos aqueles descritos para a Economia Popular e Solidária.

2.4 Terceiro Setor

Ao longo desse trabalho foi mencionado que a Economia Solidária pode eventualmente se aproximar daquilo que é entendido como Terceiro Setor. Diante de tal ambiguidade, esse item do capítulo tem por objetivo elucidar a compreensão de tal termo, além de traçar um comparativo com o setor da Economia Social e Solidária. Até então, todos os conceitos explorados até aqui – Economia Social, Solidária e Popular – apresentaram características em comum, podendo ser usados inclusive, como sinônimos no contexto latino. O Terceiro Setor, entretanto, apesar de ser o termo mais popularizado dentre eles, é o que possui definições menos homogêneas. Uma das questões centrais do capítulo é entender se a Economia Solidária é considerada como parte do Terceiro Setor, ou então se são campos separados que interagem. Como ficará claro ao longo do texto, encontrar uma definição única e coesa para tal setor é um desafio, pois os entendimentos variam bastante a depender da região em questão. Portanto, foi realizada uma exposição de diversos entendimentos propostos para o Terceiro Setor. Utilizou-se como ponto de partida para a discussão a contextualização da origem histórica do termo e de que maneira ele é usualmente aplicado em diferentes continentes, através de um comparativo internacional entre eles. Como mencionado anteriormente, os entendimentos do termo não são consensuais e, portanto, foram apresentadas também críticas a tais compreensões. As regiões analisadas foram as da Europa, EUA e América Latina, onde na análise da última foi possível identificar em quais pontos o Terceiro Setor se aproxima da Economia Social e Solidária. A análise também focou em comparar as críticas apresentadas, sobretudo, aquelas vindas de autores e pesquisadores da área da Economia Solidária, na intenção de compreender a visão que a ESS tem sobre o Terceiro Setor.

O Dicionário Internacional da Outra Economia aponta que o termo Terceiro Setor é utilizado para nomear um conjunto de relações sociais que são diferentes tanto do

Estado quanto do mercado (FERREIRA, 2009). Trata-se de uma definição relacional e, desse modo, depende da natureza do Estado e das forças de mercado em questão. Esse termo é aplicado de maneira desuniforme para descrever uma variedade de iniciativas, desde caridade, à iniciativas populares de base, associações, fundações, grupos de auto ajuda, redes e movimentos sociais, mutualidades, até a empresas sociais (FERREIRA, 2009). As formas jurídicas serão analisadas de maneira aprofundada mais adiante, mas o termo em geral é empregado para descrever uma realidade complexa que assume diferentes significados quando faz-se uma comparação internacional. Tradições teóricas diferentes apresentam ênfases igualmente diferentes nas definições desse setor. Tais ênfases variam tanto em termos de características organizacionais – como por exemplo em relação ao caráter privado, a ausência de fins lucrativos, objetivo de beneficiar a comunidade, auto governança, voluntariado e grau de formalidade organizacional – quanto em termos de valores específicos envolvidos, como a solidariedade e a democracia (FERREIRA, 2009). É interpretado, por exemplo, como sinônimo de setor voluntário no Reino Unido e como sinônimo de Economia Social na Europa continental. Já nos EUA, é visto como setor não lucrativo, enquanto nos países da América do Sul é entendido como ONGs e organizações de base. Fica evidente que o termo apresenta diversas compreensões, portanto, o que define seu entendimento não é necessariamente seu conteúdo específico, mas na verdade seu surgimento em cada região como um setor que se distingue tanto do Estado quanto do mercado (FERREIRA, 2009). Conforme o Dicionário Internacional da Outra Economia (2009), trata-se de um setor “outro”, no qual se tenta observar aspectos comuns num amplo conjunto de iniciativas que nem sempre estão conectadas entre si.

Para buscar respostas mais precisas diante de uma conceituação que é múltipla e frequentemente abrangente, buscou-se aprofundar nas origens históricas do setor. Nessa investigação dos contextos de surgimento do termo, além do Dicionário Internacional da Outra Economia (FERREIRA, 2009), utilizaram-se outros dois materiais encontrados através da pesquisa das palavras “terceiro setor história” e “terceiro setor histórico” na plataforma Google Scholar. A origem do termo remonta à década de 70 nos Estados Unidos da América (EUA), onde utilizou-se a expressão para designar as iniciativas que não se encaixavam nem no primeiro setor e nem no segundo setor. Muitas

das iniciativas que hoje chamamos de Terceiro Setor já existiam antes, embora tais empreendimentos não fossem descritos como setor próprio até a década de 70 (SOUZA; ALVES, 2020).

A compreensão do termo também é herdeira de uma tradição anglo-saxônica associada a ideia de filantropia. O termo foi usado pela primeira vez por Theodor Levitt em 1973, nos EUA, para descrever iniciativas que aconteciam entre a esfera pública e privada (FERREIRA, 2009). Conforme Theodor, essas iniciativas tinham como proposta fazer – ou exigir que fosse feito – aquilo que o Estado e o mercado não davam conta de fazer com qualidade (FERREIRA, 2009). Nesse contexto, o termo referia-se principalmente a organizações sem fins lucrativos e geralmente com a pretensão de filantropia, ainda que não descartassem o intuito de promover o desenvolvimento local e beneficiar a comunidade (SOUZA; ALVES, 2020). A expressão emerge ligada principalmente à críticas ao Estado desenvolvimentista, em uma década que foi historicamente marcada por crises financeiras, econômicas e de legitimidade do Estado (FERREIRA, 2009). Nos países ocidentais brotavam iniciativas que expressavam críticas ao Estado, assim como ao mercado, e partiam tanto da esquerda política quanto da direita.

No contexto latino surgiram, na mesma época, muitas organizações denominadas como não governamentais (ONGs) com o objetivo de defender direitos humanos e políticos que se encontravam em risco durante as ditaduras militares (SILVA, 2010). Conforme Silva (2010), no Brasil as ONGs tiveram papel não somente na resistência política contra a ditadura, mas também um papel fundamental na consolidação do Terceiro Setor. As iniciativas que compõem tal esfera serão posteriormente abordadas de forma mais detalhada, mas as ONGs em especial merecem ser mencionadas nesse momento por terem desempenhado uma função importante na popularização do Terceiro Setor. Na América Latina, as ONGs se tornaram populares, sobretudo, após a Rio 92⁷ e são frequentemente utilizadas para designar qualquer tipo de organização sem fins

⁷ A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92 e foi um evento que marcou a conscientização ambiental, inserindo a pauta na agenda dos cinco continentes (BARRETO, 2009). O evento gerou desdobramentos importantes do ponto de vista diplomático, político e científico também.

lucrativos (SILVA, 2010), ainda que não necessariamente apresentem caráter filantrópico (GADOTTI, 2007).

Ao avançar mais na trajetória histórica, a década de 90 marcou a institucionalização do Terceiro Setor à nível acadêmico, quando houve um aumento significativo no número de pesquisas e publicações sobre a área. Houve, inclusive, a criação de associações de pesquisadores interessados no tema, como a International Society for Third Sector Research (SILVA, 2007). O termo, inicialmente cunhado no contexto norte-americano referindo-se a organizações sem finalidade de lucro e geralmente com pretensões filantrópicas, expandiu significativamente sua abrangência de significado com o tempo, especialmente no contexto latino (SOUZA; ALVES, 2020). Conforme Souza e Alves (2020), o aspecto filantrópico do Terceiro Setor não deixou de existir, mas seu campo de atuação dilatou-se significativamente, passando a incluir iniciativas que interagem tanto com o setor público quanto com o privado.

Nesse mesmo movimento de expansão da compreensão do Terceiro Setor, autores europeus se utilizaram das teorias das economias mistas, de bem estar e de economia plural para desenvolver abordagens que levassem em conta a variedade interna dessa área (EVERS; LAVILLE⁸, 2004 apud SILVA, 2007). Um resultado dessas pesquisas foi a proposta do Terceiro Setor como um campo que interage com três vértices diferentes: o mercado, o Estado e a comunidade. É como se o Terceiro Setor, que representa a esfera pública da sociedade civil, ocupasse uma posição intermediária dentro de um triângulo, que interage com as instituições e racionalidades desses três vértices. É por isso que diferentes iniciativas do Terceiro Setor apresentam misturas particulares entre essas relações, marcando a variedade existente entre essas organizações que mesclam diferentes princípios e diferentes racionalidades. Assim, a característica principal dessa área, conforme a interpretação de autores europeus, seria a mistura entre princípios econômicos distintos e racionalidades sociopolíticas diferentes (ENJOLRAS⁹, 2002 apud SILVA, 2007).

⁸ EVERS, A.; LAVILLE, J. L. **The third sector in Europe**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2004.

⁹ ENJOLRAS, B. **L'Économie Solidaire et le marché: modernité, société civile et démocratie**. Paris: L'Hamattan, 2002.

É válido abrir um pequeno espaço para compreender o significado de sociedade civil. O conceito de sociedade civil é polissêmico e foi criado por Iluministas que contestavam o Estado durante o século XVIII (GADOTTI, 2007). A sociedade civil seria a esfera não estatal ou então a esfera pública cidadã. Trata-se da área da sociedade que se distingue da sociedade política – composta pelo aparato legal e institucional do Estado – e da sociedade econômica, que é o mercado. O conceito é bastante amplo e inclui organizações populares, profissionais, movimentos sociais, organizações religiosas, esportivas e, inclusive, o mundo acadêmico. A sociedade civil se fortaleceu como espaço de luta na América Latina, principalmente durante a resistência contra regimes autoritários, onde se estabeleceu como espaço de representação de interesses coletivos e minorias sociais. Como mencionado anteriormente, as ONGs também se estabeleceram durante essa mesma época. Tal semelhança não é coincidência, pois a sociedade civil é protagonizada principalmente pelas ONGs (GADOTTI, 2007; GAIGER, 2009). Nessa versão de compreensão ampliada do Terceiro Setor, que interpreta tal campo como esfera pública da sociedade civil – e não somente como iniciativas filantrópicas sem fins lucrativos –, é possível incluir a Economia Popular e Solidária, pois as iniciativas destas também são parte da sociedade civil.

Embora tenha havido uma expansão da compreensão do Terceiro Setor, é importante mencionar que a interpretação da literatura anglo-saxônica ainda é a dominante (FRANÇA FILHO, 2001). Dentro dessa leitura mais comum, as organizações desse setor devem apresentar algumas características essenciais: são formais, privadas, independentes, não distribuem lucro, comportam um certo nível de participação voluntária, não devem ser associadas a partidos políticos e nem a organizações religiosas (FRANÇA FILHO, 2002; SALAMON; ANHEIER, 1992). Essa abordagem associa o conceito ao universo das organizações sem fins lucrativos, também conhecido como setor voluntário. A ideia desenvolvida por pesquisadores e economistas no contexto norte-americano foi a de um setor específico que tivesse papel próprio de compensar as falhas do mercado e do Estado (FERREIRA, 2009). A interpretação anglo-saxônica é, portanto, fundada principalmente a partir da suposta ideia de suprir as falhas de mercado em relação a redução de assimetrias informacionais e pela falência do Estado em satisfazer as demandas minoritárias. O Terceiro Setor, nessa perspectiva,

aparece como uma esfera à parte do Estado e o mercado, mas que, supostamente, preencheria as lacunas deixadas por esses dois setores. Essa argumentação é desenvolvida, sobretudo, por economistas de fundo neoclássico, fundados em uma visão liberal da economia (FRANÇA FILHO, 2002). Conforme França Filho (2002), a perspectiva de pensar o Terceiro Setor como filantropia, mascara as demais possibilidades de compreensão de outras formas de solidariedade, como por exemplo a reciprocidade, a autoajuda, entre outras formas de manifestação. Esse entendimento coloca o Terceiro Setor como subordinado às duas outras esferas, em que seu papel supostamente seria suplementar a economia naquilo que as duas instâncias principais não conseguem prover.

Diante a tal problema, França Filho (2002) propõe que o termo não seja abolido, mas que haja uma complexificação de sua compreensão, que se busquem novas formas de interpretá-lo a partir de perspectivas ou enfoques sociopolíticos. O autor sugere que o Terceiro Setor não seja tratado como um setor independente, mas como um espaço intermediário entre o Estado, mercado e setor informal; bastante similar a proposta europeia, que sugere o Terceiro Setor como uma área que interage com três vértices: mercado, estado e a comunidade. Essa proposta é uma das formas de aproximar a questão da Economia Solidária e sublinhar a vocação das iniciativas desse setor a interagirem com outras esferas ao invés de constituírem um setor à parte e subordinado a lógica mercantil (FRANÇA FILHO, 2001).

Ao adentrar mais especificamente na realidade latina, as iniciativas da sociedade civil apresentam uma grande heterogeneidade. Esta é uma característica presente principalmente em sociedades marcadas por antagonismos de classe, como é o caso da América Latina com suas iniciativas de base popular vindas de populações empobrecidas. No contexto latino não é suficiente descrever o Terceiro Setor simplesmente como setor não lucrativo, pois as iniciativas da Economia Social, Solidária e Popular – bastante presentes nessa região – não se encaixam no parâmetro da não lucratividade. Lechat (1999), por exemplo, afirma que o conceito de Economia Social é mais amplo do que setor sem fins lucrativos, pois inclui as cooperativas e mutualidades que trabalham há séculos na busca de um terceiro caminho entre o capitalismo e o centralismo do Estado. Tanto Gaiger (2009) quanto França Filho (2002) sugerem que,

muitas vezes, o que afasta as duas áreas, pelo menos no contexto latino, se dá essencialmente por consequência da banalização da expressão do Terceiro Setor. A definição inclui iniciativas de origens e naturezas tão distintas que dissolveu-se a unidade necessária para que tal realidade fosse referida dentro de um mesmo conceito (FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2009). Parece contraditório, a princípio, encontrar críticas tanto no sentido de o Terceiro Setor ser resumido apenas por iniciativas não lucrativas e filantrópicas, quanto no sentido de apresentar definições tão amplas a ponto de dissolver seu entendimento. Mas o que os autores estão sugerindo aqui, é que não é suficiente apenas expandir a compreensão do setor, mas que essa ampliação de entendimentos deve ser feita com criticidade e enfoque sociopolítico.

Em decorrência dessa banalização do termo na América Latina, Gaiger (2009) tenta identificar uma classificação para a área. Ao combinar critérios morfológicos e institucionais para realizar uma categorização em relação aos princípios e logicas de ação do Terceiro Setor, o autor identificou pelo menos três subsetores no contexto latino:

- a. **Organizações Filantrópicas:** são organizações de caráter filantrópico e assistencial, entidades corporativas e comunitárias ou ainda instituições não estatais. Essas iniciativas não se vinculam a campos específicos de atuação política, o que lhes retira as possibilidades de ações conjuntas. Como visto antes, esse é um dos motivos da dificuldade da penetração do conceito da Economia Social na América Latina (GAIGER, 2009).
- b. **Fundações e Institutos empresariais de responsabilidade social:** são entidades ou fundações que se articulam com áreas do setor público ou privado para garantir que as empresas e o governo cumpram sua responsabilidade social (MORCELLI; ÁVILA, 2016). Sua atuação geralmente complementa políticas sociais e em geral tem uma abordagem mais crítica sobre o Terceiro Setor. Eles criticam o Terceiro Setor por atenuar os custos sociais do modelo econômico neoliberal e favorecer a privatização da esfera pública e a deslegitimação do Estado (GAIGER, 2009).
- c. **Organizações Não Governamentais (ONGs):** sua atuação se caracteriza por iniciativas que transformam e tencionam estruturas sociais. Nesse subsetor estão presentes muitas organizações de fomento à economia Solidária (GAIGER, 2009).

A primeira observação importante, é que Gaiger (2009) não inclui a ESS em sua classificação do Terceiro Setor, são consideradas áreas separadas. Em segundo, é importante mencionar que uma crítica feita por Gaiger (2009) é que as ONGs, que antes exerciam funções de apoio aos movimentos sociais, passaram a representar a linha de frente de atores da sociedade civil. Conforme o autor, embora fomentem iniciativas da Economia Solidária, essa assimetria de forças entre ONGs e iniciativas populares incitam questionamentos sobre a legitimidade dessas iniciativas como “agentes mediadores”, pois, frequentemente, se sobrepõem aos empreendimentos solidários e sufocam o protagonismo popular (GAIGER, 2009). Por outro lado, outros autores como Gadotti (2007) exaltam o papel das ONGs. Para ele, as ONGs são um meio de consolidar a democracia participativa através do exercício direto do poder popular e não somente pelo meio representativo. De maneira similar, nas palavras de Soczek (2005, p.211): “as ações que [as ONGs] realizam correspondem aos interesses da população em oposição à lógica da exclusão social vigente”. Ao levantar a opinião desses autores, fica evidente a pluralidade de opiniões acerca do Terceiro Setor, pois mesmo entre autores da área da Economia Solidária não há concordância em relação a atuação da área.

A interpretação de Gadotti (2007) é interessante, pois ele sugere inclusive que as ONGs façam parte de um movimento à parte do Terceiro Setor. Conforme o autor (2007), as ONGs não podem ser confundidas com entidades filantrópicas, assistenciais ou fundações empresariais, que, na visão dele, estão ligadas ao Terceiro Setor. Nesse caso, o autor parece adotar o entendimento mais próximo ao do anglo-saxônico, porém de maneira crítica. Para ele, o Terceiro Setor apresenta um perfil mais liberal e associado ao mundo privado empresarial. Em sua compreensão, o setor é uma válvula de escape para empresas minimizarem as críticas que recebem utilizando-se da filantropia empresarial, uma estratégia de negócios que, conforme ele, é usada para criar uma imagem positiva da empresa através de causas sociais, ambientais ou culturais. Em suas palavras, “é uma nova modalidade do capital para incrementar sua lucratividade” (GADOTTI, 2007, p. 89). Em contrapartida, ele argumenta que as ONGs vêm formando um campo próprio e buscam distanciar-se do Terceiro Setor (GADOTTI, 2007). Em seu entendimento (2009), as ONGs não substituem o Estado nem o mercado, mas na

verdade constituem uma força cívica que pressiona o Estado a cumprir suas obrigações. Teriam, confirme ele, provocado mudanças a favor da democracia e da construção de uma outra economia. Muitas ONGs, inclusive, surgiram de movimentos sociais e populares e, portanto, não substituem os movimentos, mas se articulam com eles, formam redes e são essenciais para o funcionamento da democracia. O autor ainda sugere que “ONGs, movimentos sociais, terceiro setor, estado e mercado, mesmo trabalhando sob tensões, conflitos e disputas, podem articular-se de forma mais eficiente e competente, dentro de seus espaços e em conformidade com seus fins, em favor do bem comum” (GADOTTI, 2007, p. 97). Nesse aspecto específico, Gadotti (2007) e Gaiger (2009) se assemelham, pois, ambos colocam a Economia Solidária como uma área separada do Terceiro Setor. Por mais que Gadotti (2007) entenda que as ONGs se distanciem do Terceiro Setor, enquanto Gaiger (2009) encaixa as ONGs como parte dele, ambos concordam que as ONGs fazem importantes conexões com a rede da Economia Solidária. Inclusive, como visto no item 3.2, as iniciativas da Economia Solidária também são compostas por ONGs, desde que estas se encaixem dentro dos princípios descritos pela área.

Uma última contribuição de Gaiger (2009) que merece ser mencionada é que a visão de economia separada por setores distintos – primeiro, segundo e terceiro setor – classificados conforme suas especificidades, não parece apropriado para a experiência latino-americana. A noção de uma economia plural seria muito mais apropriada para esse contexto no qual existem diversas iniciativas híbridas que manifestam simultaneamente lógicas econômicas distintas e muitas vezes apresentam dimensão social e política. A natureza social ou não-lucrativa seria vista muito mais como características presentes em algumas dessas iniciativas e não, como propriedade do setor todo. Nesse sentido, a experiência latina em relação ao Terceiro Setor, se aproxima mais da experiência europeia do que da norte americana (GAIGER, 2009). Portanto, as iniciativas e organizações da América Latina que não se encaixam no Primeiro ou Segundo Setores não poderiam ser igualadas ao setor voluntário ou sem fins lucrativos. Muitas das iniciativas contam com trabalho remunerado de seus membros e, embora o lucro e a acumulação de capital não sejam as finalidades principais desses empreendimentos, ainda buscam rentabilidade no mercado. Os empreendimentos da Economia Solidária se

destacam nesse sentido por se afastar tanto do conceito de setor voluntário quanto de setor não lucrativo (GAIGER, 2009). Não há motivos, na América Latina, para colocar a Economia Solidária como isolada do Estado e do mercado, mas sim como uma forma distinta de produzir e circular bens e serviços, de maneira que assegure a sobrevivência econômica e melhores condições de vida a seus integrantes (GAIGER, 2009). A Economia Solidária não se opõe às relações com o Estado pois precisa dele como órgão regulador para preservar a democracia econômica. Ela na verdade age como um ator coletivo que formula princípios, ações, estruturas representativas e canais de comunicação entre atores tanto do Estado quanto a sociedade civil. A Economia Solidária interage com o mercado no sentido de conectar-se com outras iniciativas da sociedade civil a partir do campo econômico, no qual assume o papel de defesa de melhorias de serviços e promoção de garantias mínimas a pessoas desprotegidas. Não é porque tais iniciativas prezam pelo bem coletivo que elas precisam não ter fins econômicos e ater-se somente a motivações não-altruístas (GAIGER, 2009).

Após apresentar uma diversidade de conceituações e opiniões acerca do entendimento do Terceiro Setor, é possível tirar algumas conclusões gerais. Dentre os textos usados para esse capítulo, aqueles escritos por pesquisadores da Economia Social, Solidária e Popular tendem a apresentar uma visão bastante crítica do Terceiro Setor. Ainda assim, as críticas não são uniformes, assim como o próprio entendimento do que consiste o setor também não é. Gaiger (2009), por exemplo, coloca as ONGs como integrantes do Terceiro Setor e as critica pelo protagonismo exagerado, enquanto Gadotti (2007) enaltece as ONGs por promoverem espaços democráticos participativos e as coloca como um movimento separado. Por outro lado, os textos de pesquisas específicas sobre o Terceiro Setor, como é o caso dos textos de Silva (2010), Souza e Alves (2020), nem chegam a mencionar a Economia Social e Solidária ou iniciativas de base popular.

Com as informações levantadas até aqui, é possível traçar também alguns comparativos entre as áreas da Economia Social e Solidária e o Terceiro setor. Ainda que a ESS não possa ser definida com base na não lucratividade, é possível encontrar características comuns entre as lógicas das duas áreas (GAIGER, 2009). Ambas prezam por autonomia institucional, por criação de redes de comunicação e evitam estruturas

hierárquicas. Lutam pela inclusão social por meio de campanhas, fóruns, marchas, entre outros. Também defendem causas comuns, como o meio ambiente e os direitos humanos, por exemplo. (GADOTTI, 2007).

Ainda restam as dúvidas sobre qual a relação da ESS e da EPS com o Terceiro Setor. Não fica explicitamente claro se a Economia Social e Solidária faz parte ou não do Terceiro Setor, até porque as definições desse último são tão distintas, que a resposta para tal dúvida depende do próprio entendimento do Terceiro Setor sendo utilizado. Ao analisar as informações deste item com aqueles que foram trazidos nos itens 3.1 e 3.2, vemos que, se considerarmos a leitura anglo-saxônica do Terceiro Setor – dele como uma esfera à parte do Estado e do mercado, representado pelo voluntariado, assistência social e iniciativas sem fins lucrativos –, ele se afasta da área da Economia Solidária. Como visto anteriormente, as iniciativas da Economia Solidária são caracterizadas por apresentarem uma dimensão política e almejam a superação do sistema capitalista. Portanto, a não ser que as iniciativas filantrópicas, assistencialistas e de serviços sociais do Terceiro Setor visem a luta contra o capitalismo, tal termo se encaixa melhor como uma área à parte da ESS. Agora, se estivermos considerando uma leitura mais complexa do Terceiro Setor, como a de uma área que se conecta com o Estado, mercado e a comunidade, a Economia Solidária poderia ser incluída. O Terceiro Setor, nesse entendimento, se aproximaria da Economia Solidária tanto pelas iniciativas de base popular, que passam a ser incluídas nessa visão ampliada do setor, quanto a partir das ONGs, que também estão presentes em ambas as áreas.

Ao longo deste item fica evidente a multiplicidade de significados que o Terceiro Setor assume. A não existência de homogeneidade conceitual em relação ao termo reforça a questão central da pesquisa de que existem dificuldades na sobreposição e confusão de conceito entre as áreas. A falta de delimitação entre os conceitos apresentados, como por exemplo a abrangência extensa do Terceiro Setor, resulta em impasses de articulação política para o avanço da Economia Solidária. A partir da proposta de compreender a Economia Solidária dentro do contexto brasileiro e a sua relação com os demais setores, é necessário escolher uma definição acerca do Terceiro Setor dentre as apresentadas. O desafio é escolher entre aquilo que o setor representa no entendimento coletivo e aquilo que ela deveria representar.

Como a proposta do trabalho é comparar as áreas dentro do contexto latino, parece mais pertinente adotar o entendimento acerca do Terceiro Setor a partir da leitura latino-americana, dele como um setor muito mais amplo do que simplesmente setor não-lucrativo. Entretanto, não é possível ignorar o fato que incluir a ESS e a EPS dentro do Terceiro Setor provavelmente resultaria em eclipsar a visibilidade dessas iniciativas quando colocadas ao lado das atuações das ONGs, por exemplo, que atualmente tem um protagonismo com alcance muito maior. Parece mais estratégico que a ESS e a EPS articulem um campo político próprio e exijam legislações próprias ao invés de lutar por espaço dentro do Terceiro Setor. Além do mais, como foi mencionado, não faz sentido dividir a economia latina, uma economia que é plural, baseada na ideia de três setores. Por isso, com a finalidade de buscar um equilíbrio entre as ideias que foram apresentadas e a necessidade de proporcionar visibilidade às iniciativas de base solidária e popular, o trabalho propõe adotar uma visão do Terceiro Setor que considera a necessidade de ampliar o entendimento desse setor, mas que também reconhece que a atuação política do mesmo se distingue bastante da sua atuação da EPS.

Apesar de todas as áreas em questão terem lógicas e iniciativas em comum, a Economia Popular possui um recorte bastante específico de classe e a Economia Solidária apresenta objetivos explícitos de superação ao sistema. A EPS geralmente está focada em garantir a sobrevivência de populações marginalizadas e sua abordagem em relação ao sistema vigente é muito mais crítica do que a apresentada pelo Terceiro Setor. Novamente, a expansão do entendimento de Terceiro setor – que muitas vezes se limita a voluntariado e filantropia – é necessária, mas a EPS também precisa se fortalecer como movimento próprio. A escolha, na verdade, foi a de adotar o entendimento do Terceiro Setor como uma área que em alguns pontos se relaciona com as demais, podendo inclusive apresentar iniciativas e modos de gestão em comum entre elas, mas que de forma geral apresenta características diferentes o suficiente para ser considerada uma área distinta. A proposta dessa escolha não é diminuir a relevância do Terceiro Setor, até porque a articulação entre as áreas é benéfica para estabelecer redes entre a sociedade civil. A proposta é distinguir os termos e entender que Terceiro Setor não engloba a Economia Social, Solidária e Popular, mas que estas áreas se relacionem e interagem umas com as outras. A proposta do capítulo seguinte é fazer exatamente essa

comparação entre os conceitos e entender em que partes estas áreas se conectam ou se distanciam.

3 ANÁLISE DOS CONCEITOS

Esse capítulo tem a intenção de analisar aquilo que foi levantado sobre conceitos estudados, com a finalidade de delimitar melhor as características referentes a cada termo e responder as perguntas propostas nessa pesquisa. Para examinar o que foi trazido, os princípios e iniciativas de cada elemento foram extraídos e organizados de forma a categorizá-los em quatro áreas principais, representadas pelas colunas no Quadro 1. Aquelas características e iniciativas que dizem respeito à Economia Social foram colocadas na coluna A, as da Economia Solidária foram colocadas na coluna B, e assim por diante. Vale mencionar que as descrições que diziam respeito a ESS (Economia Social e Solidária) foram colocadas tanto na coluna A quanto na coluna B, pois referem-se a características ou iniciativas que atendem aos princípios de ambas as áreas. O mesmo aconteceu com o termo EPS (Economia Popular e Solidária), tendo suas características e iniciativas encaixadas tanto na coluna B quanto na C. Logo em seguida, as células foram sendo ordenadas de modo a colocar características semelhantes dentro de uma mesma linha. A linha 1 do quadro, por exemplo, diz respeito às áreas não se encaixarem nem no setor privado e nem no setor público. Nesse caso, as quatro colunas apresentam essa característica, o que significa que este atributo está presente em todas as áreas e, portanto, pode ser considerada como um ponto de interseção entre os quatro campos.

O quadro foi separado em duas partes, sendo a primeira em relação aos princípios e características das áreas, e a segunda parte, que se inicia a partir da linha 20, a respeito das iniciativas presentes nessas áreas. A finalidade do quadro é essencialmente facilitar a comparação entre princípios e iniciativas dos termos estudados, evidenciando o que é semelhante e o que é diferente, de modo a ajudar a responder a primeira pergunta de pesquisa: Quais as relações, diferenças e semelhanças entre a Economia Solidária e áreas afins, como a Economia Social, a Economia Popular e a Economia do Terceiro Setor, no contexto latino?

QUADRO 1 – COMPARATIVO TEÓRICO-CONCEITUAL: ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR E TERCEIRO SETOR (continua)

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS				
	(A) Economia Social	(B) Economia Solidária	(C) Economia Popular	(D) Terceiro Setor
1	Não se encaixam estritamente no setor privado ou no setor público (DEFOURNY, 2009).	Um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado (ARAUJO 2017)	Caracterizam a Economia Popular como distinta das lógicas do estado e do mercado (ICAZA, TIRIBA, 2003). A visão de Coraggio (2013) é que o setor da Economia Popular é diferente dos outros setores, cujas lógicas são a da acumulação e legitimação do poder.	Um conjunto de relações sociais que são diferentes tanto do Estado quanto do mercado (FERREIRA, 2009).
2	Autonomia (DEFOURNY, 2009; GAIGER, 2009)	Autogestão (ARAUJO, 2016; CAVALCANTI, 2005; SINGER, 2018).	Trabalhadores e empresas autogestionários (SILVA, 2007).	Autonomia institucional (GADOTTI, 2007).
3	[as iniciativas da ESS] Buscam simultaneamente uma combinação de objetivos econômicos, sociais, ambientais e emancipatórios (SANTANA, 2014).	[as iniciativas da ESS] Buscam simultaneamente uma combinação de objetivos econômicos, sociais, ambientais e emancipatórios (SANTANA, 2014)	Cuidado ambiental (SILVA, 2007).	Defendem causas comuns, como o meio ambiente e os direitos humanos (GADOTTI, 2007).
4	Democracia (DEFOURNY, 2009; GAIGER, 2009) Igualdade (GAIGER, 2009)	Democracia (ARAUJO, 2016; SINGER, 2018)	A EPS prezaria também, assim como é feito na Economia Solidária, por princípios organizativos como a [...] democracia .	Evitam estruturas hierárquicas. (GADOTTI, 2007). Gadotti (2007) enaltece as ONGs por promoverem espaços democráticos participativos.
5	Coletividade (DEFOURNY, 2009; GAIGER, 2009)	Cooperação, coletividade (CAVALCANTI, 2005) (ARAUJO, 2016)	Organizações econômicas coletivas , populares e solidárias (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007).	
6	Incentivam a solidariedade (UNSSE).	Incentivam a solidariedade (UNSSE). Solidariedade entre membros, organizado de forma solidária (ARAUJO, 2016; CAVALCANTI, 2005; SINGER, 2018).	Organizações econômicas coletivas, populares e solidárias (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007).	
7	Experiências solidárias influenciadas pela ideia da ajuda mútua (FRANÇA FILHO, 2001)	Mutualidade, reciprocidade (ARAUJO, 2016).	Incorpora a reciprocidade como elemento fundamental (ICAZA; TIRIBA, 2003). Distribuição de recursos e do produto através da reciprocidade e práticas sociais em torno da comunidade.	
8	Capacidade de combinar recursos mercantis, não mercantis e não monetários ao mesmo tempo. (DEFOURNY, 2009; GAIGER, 2009)	Hibridação de economias (a partir da combinação de economias mercantis, não mercantis e não monetárias), com múltiplas alternativas de captação de recursos e diversas formas de racionalidades (FRANÇA FILHO, 2001).	Hibridação de recursos (CORAGGIO, 1991).	
9	Utilidade social (DEFOURNY, 2009). Buscam objetivos sociais Incentivam a solidariedade (UNSSE).	Responsabilidade social (ARAUJO, 2016). Buscam objetivos sociais Incentivam a solidariedade (UNSSE).	Uma forma de pensar e atuar em relação à produção, comercialização, cuidado ambiental, social , consumo e ao bem viver. (SILVA, 2007). Comprometimento com [...] éticas nas relações de trabalho, econômicas e sociais .	

**QUADRO 1 – COMPARATIVO TEÓRICO-CONCEITUAL: ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR
E TERCEIRO SETOR (continuação)**

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS				
	(A) Economia Social	(B) Economia Solidária	(C) Economia Popular	(D) Terceiro Setor
10	O lucro é secundário (DEFOURNY, 2009). Primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes. (DEFOURNY, 2009, p. 158) Devem ter explicitamente objetivos econômicos e sociais (SOBRE... 2021).	Devem ter explicitamente objetivos econômicos e sociais (SOBRE... 2021).	Logica da reprodução ampliada, reprodução social e biológica dos seus membros não só a nível mínimo de subsistência, mas também nas melhores condições possíveis (CORAGGIO, 2013b). Esse setor apreça o trabalho e a melhoria de qualidade de vida e, por isso, valoriza elementos fundamentais da formação humana, como a socialização da cultura, educação, saúde e da moradia, por exemplo (ICAZA; TIRIBA, 2003).	
11	A ESS não inclui apenas as organizações de empreendimentos, mas também movimentos cidadãos que visam a democratização e transformação da economia (SANTANA, 2014). Ambas [a EPS e a ESS] dão relevância a iniciativas que se originam de bases populares e ressaltam a importância da ideia de superação ao modelo capitalista.	É uma proposta também político-ideológica, exige dos valores que vão contra os valores dominantes capitalistas. Caráter revolucionário (SINGER, 2018). Uma empresa solidária não se estabelece apenas para permitir ganhos dos sócios, mas como necessidade dos trabalhadores na luta contra o capitalismo. (SINGER, 2018)	[A EPS] está associada também a possibilidade de um novo modelo econômico-social construída por trabalhadores, um novo modo de produção.	
12	Conforme a OCDE, atuam entre o mercado e o Estado, ainda que seu papel não seja residual (SANTANA 2005).	Conforme a OCDE, atuam entre o mercado e o Estado, ainda que seu papel não seja residual (SANTANA 2005).		É como se o Terceiro Setor, que representa a esfera pública da sociedade civil, ocupasse uma posição intermediária dentro de um triângulo, que interage com as instituições e racionalidades desses três vértices. (FRANÇA FILHO, 2001) (EVERS; LAVILLE, 2004 apud SILVA, 2007)
13		Ferramenta de sobrevivência, garantir condições materiais à sobrevivência daqueles que não são integrados à economia de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009). População trabalhadora com ênfase aos mais desfavorecidos (SINGER, 2018).	Processo social de aparição e expansão de atividades produtivas e comerciais nos setores pobres/marginalizados da América Latina (RAZETO, 1991 apud FRANÇA FILHO, 2001, p. 57). Os protagonistas seriam principalmente a população pobre, desempregada, trabalhadores individuais/cooperativados/agrupados em redes e também operários do campo que asseguram a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. (ICAZA; TIRIBA, 2003; NUÑEZ, 1997).	
14		Propriedade coletiva de bens, socialização dos meios de produção, coletivização do trabalho. (ARAUJO, 2016; GAIGER, 2009).	A EPS prezaria também, assim como é feito na Economia Solidária, por princípios organizativos como a [...] posse coletiva dos meios de produção.	

QUADRO 1 – COMPARATIVO TEÓRICO-CONCEITUAL: ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR E TERCEIRO SETOR (continuação)

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS				
	(A) Economia Social	(B) Economia Solidária	(C) Economia Popular	(D) Terceiro Setor
15	As turbulências sociais e condições deteriorantes do trabalho industrial resultaram na cooperação e associativismo entre operários como forma de enfrentamento às crises (GAIGER, 2009).			
16				Voluntariado (FRANÇA FILHO, 2002; SALAMON; ANHEIER, 1992).
17				Sem fins lucrativos , não distribui lucro. (FRANÇA FILHO, 2002; SALAMON; ANHEIER, 1992).
18				Não devem ser associadas a partidos políticos e nem a organizações religiosas (FRANÇA FILHO, 2002; SALAMON; ANHEIER, 1992).
19				Esse entendimento coloca o Terceiro Setor como subordinado às duas outras esferas , em que seu papel supostamente seria suplementar a economia naquilo que as duas instâncias principais não conseguem prover (FRANÇA FILHO, 2002).
INICIATIVAS				
20	Engloba tanto os ramos de assistência social (GAIGER, 2009). Área de serviços sociais, assistência a necessitados (GAIGER, 2009). Serviços sociais, assistência a necessitados (GAIGER, 2009).	Engloba tanto os ramos de assistência social (GAIGER, 2009). Área de serviços sociais, assistência a necessitados (GAIGER, 2009). Serviços sociais, assistência a necessitados (GAIGER, 2009).	Programas assistenciais (CORAGGIO, 1991). Programas assistenciais, atividades assistenciais e filantrópicas (CORAGGIO, 1991; RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007). Atividades assistenciais e filantrópicas (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007).	Assistência social, filantropia, caridade (FERREIRA, 2009).
21	Associações, fundações, organizações associativas , (DEFOURNY, 2009; SOBRE... 2021).	Associações, fundações (SANTANA, 2014; SOBRE... 2021).	Formas de Associativismo (microempresas, pequenas oficinas, negócios de caráter familiar/individual ou de poucos sócios, bares, vendinhas etc. (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007).	Associações (FERREIRA, 2009).
22	Movimentos de frente de luta, (GAIGER, 2009). Sindicatos, união de produtores e grupos de camponeses e artesões, por exemplo.	Movimentos de frente de luta (GAIGER, 2009).	Movimento da agricultura orgânica, economias indígenas, quilombolas, assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (SILVA, 2007).	Redes e movimentos sociais (FERREIRA, 2009).
23	Sociedades mutualistas , associações mútuas, grupos de ajuda mútua (DEFOURNY, 2009; SANTANA 2005; SOBRE... 2021).	Associações mútuas , grupo de ajuda mútua (SANTANA 2005; SOBRE... 2021).	Programas de ajuda mútua (CORAGGIO, 1991).	Grupos de auto ajuda, mutualidades (FERREIRA, 2009).
24	Certos tipos de fundações e ONG prestadoras de serviços (SANTANA, 2014).	Certos tipos de fundações e ONG prestadoras de serviços (SANTANA, 2014; SINGER, 2018).	ONGs , sociedade civil (CORAGGIO, 2013, pag 19.)	ONGs e Fundações (FERREIRA, 2009).

**QUADRO 1 – COMPARATIVO TEÓRICO-CONCEITUAL: ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR
E TERCEIRO SETOR (conclusão)**

INICIATIVAS				
	(A) Economia Social	(B) Economia Solidária	(C) Economia Popular	(D) Terceiro Setor
25	Empresas sociais (UNSSE).	Empresas sociais (UNSSE).		Empresas sociais (FERREIRA, 2009). Fundações e Institutos empresariais de responsabilidade social (MORCELLI; ÁVILA, 2016)
26	Organizações de base comunitária (SANTANA, 2014).	Organizações de base comunitária (SANTANA, 2014).	Organizações econômicas coletivas, populares e solidárias. (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007, p. 46).	
27	Cooperativas (DEFOURNY, 2009; GAIGER, 2009; SANTANA 2005; SOBRE... 2021)	Cooperativas (GAIGER, 2009; SANTANA, 2014; SOBRE... 2021).	Organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, geralmente originadas de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares. Ex: cooperativas . (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007, p. 46).	
28	Indústrias em falência recuperada por trabalhadores, empresas autogestionárias recuperadas. (GAIGER, 2009).	Indústrias em falência recuperada por trabalhadores, empresas autogestionárias recuperadas. (GAIGER, 2009).		
29	Grupos de finanças solidárias (GAIGER, 2009; SANTANA 2005).	Grupos de finanças solidárias, cooperativas de crédito (GAIGER, 2009; SANTANA 2005).		
30	Grupos de comércio justo (GAIGER, 2009).	Grupos de comércio justo (GAIGER, 2009).		
31	Algumas organizações da chamada Economia Social [...] representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública. FRANÇA (2001, p. 55)			
32		Grupos informais de produção. (GAIGER, 2009). Também inclui organizações de comércio justo e associações de trabalhadores da economia informal (SANTANA, 2005, pag. 11). Grupos informais de produção (GAIGER, 2009, pag 86).		
33			Atividades ilegais e com pequenos delitos , como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou a margem do socialmente aceito (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007).	
34			Iniciativas individuais informais (camelos, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores, guardador de automóveis, coletor de sucata etc) (RAZETO, 1993 apud SILVA, 2007).	

FONTE: Elaboração própria (2021).

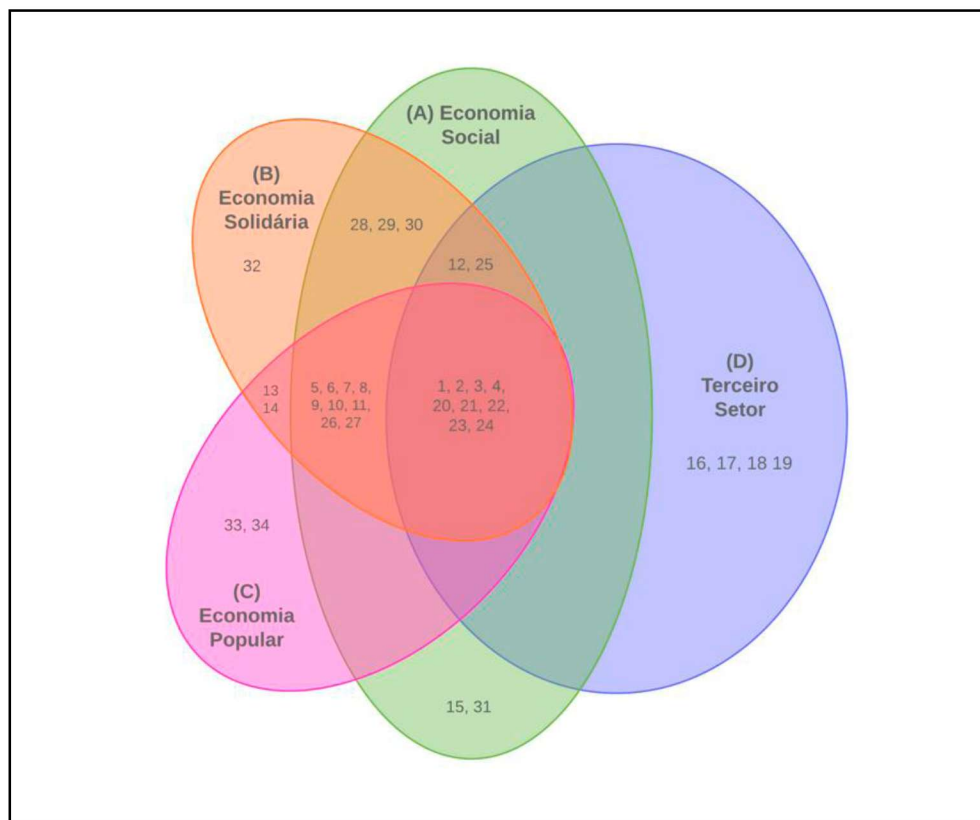
Vale lembrar que as descrições no quadro já levam em conta as observações feitas ao longo do trabalho, dando preferência por aquelas abordagens que levam em consideração principalmente o contexto latino. Isso não se aplicou tanto a Economia Social e Economia Popular, pois o debate de sentidos não foi tão presente durante a revisão bibliográfica dessas áreas e, portanto, tentou-se ao máximo inserir todas as características mencionadas. Mas no caso da Economia Solidária, por exemplo, onde há um claro debate sobre se tal área representa ou não uma alternativa ao capitalismo, prevaleceram as abordagens mais próximas à realidade latina. Nesse caso, deu-se preferência as visões mais alinhadas a Paul Singer do que a Laville, já que Singer considera a Economia Solidária como um possível novo modo de produção. Tal característica reflete melhor os princípios das iniciativas latinas pois nessa região as iniciativas são essencialmente protagonizadas pela população excluída do sistema dominante, que encaram a Economia Solidária não somente como uma oportunidade de geração de renda, mas também como uma ferramenta de transformação de suas realidades.

No caso do Terceiro Setor, levou-se em consideração a existência da visão ampliada, que engloba iniciativas que vão além da filantropia e voluntariado. Ainda assim, esses elementos mais alinhados a visão anglo-saxônica do Terceiro Setor também foram incluídos no quadro para análise. A escolha de manter ambas as visões foi, primeiro, para poder fazer um comparativo claro entre as abordagens, e em segundo, porque a visão anglo-saxônica, embora limitada, ainda reflete o entendimento mais comum acerca do Terceiro Setor na América Latina. A preferência entre abordagens, nesse caso, não veio tanto na seleção de características para o quadro, mas mais na escolha de enxergar o Terceiro Setor como uma área com particularidades próprias e que se relaciona com as demais; e não como uma categoria que engloba todas as outras. Ou seja, a escolha foi por não adotar a visão de economia dividida em três setores, mas sim a visão de uma economia plural.

A partir das comparações evidenciadas pelo quadro, foi construído um diagrama de Venn que representa visualmente onde cada combinação de conceitos se encaixa em relação as quatro áreas e suas interseções. A Economia Social e o Terceiro Setor foram representados com áreas maiores no infográfico por terem demonstrado, ao longo da

revisão literária, conceitos mais amplos e abrangentes do que a Economia Solidária e a Economia Popular, que evidenciaram conceitos mais específicos. A ferramenta utilizada para criar o infográfico foi o aplicativo Lucid¹⁰, onde foi possível dispor os conceitos estudados de forma a propiciar uma melhor compreensão entre eles e responder a segunda pergunta de pesquisa.

FIGURA 2 – DIAGRAMA TEÓRICO-CONCEITUAL: ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA, POPULAR E TERCEIRO SETOR



FONTE: Elaboração própria (2021).

Algumas conclusões importantes podem ser retiradas a partir da organização de conceitos proposta. Serão analisadas as principais considerações extraídas e, ainda que

¹⁰ O Lucid é um aplicativo gratuito para criação de fluxogramas. Todas as ferramentas estão disponíveis online e o aplicativo dá a opção de escolher um modelo pronto para seu infográfico. O modelo escolhido para o infográfico foi o “Diagrama de Venn com quatro conjuntos”, embora as formas tenham sido adaptadas e reorganizadas para melhor refletir as informações da pesquisa. O site está disponível em: <https://lucid.app/>

não seja necessário passar individualmente por todas as características listadas – já que nem todas fornecem esclarecimentos relevantes –, elas estão listadas integralmente no quadro para qualquer eventual interesse de consulta.

As linhas 1 a 4 e de 20 a 24 correspondem a características e iniciativas que estão presentes nos quatro campos e, por isso, compõem a interseção entre as quatro áreas. Tal interseção está representada pela área do meio no infográfico. Uma das características comuns entre as quatro áreas é a questão de elas serem distintas tanto da lógica do Estado quando o do mercado, referentes a linha 1. Seguindo as descrições dessa interseção em ordem numérica, todas elas também têm em comum certos princípios organizativos, como o apreço pela autonomia, o cuidado ambiental e a democracia (linhas 2 a 4). Em termos de iniciativas comuns entre as quatro áreas, temos os ramos de assistência social e filantropia, as associações, os movimentos sociais, as associações/sociedades mútuas e as ONGs (linhas 20 a 24). Vale frisar que isso não quer dizer que individualmente cada uma dessas iniciativas se encaixa em todos os setores simultaneamente, pois isso depende dos princípios organizativos e dos modos de atuação particulares de cada iniciativa em questão. A interseção significa que tais formatos de atuação estão presentes de alguma maneira em todos os campos em questão, mas o conjunto dessas iniciativas não necessariamente são homogêneas internamente. Seriam necessários estudos específicos sobre cada uma dessas formas de iniciativas para compreender especificamente suas peculiaridades internas e de que maneiras estão presentes em cada área.

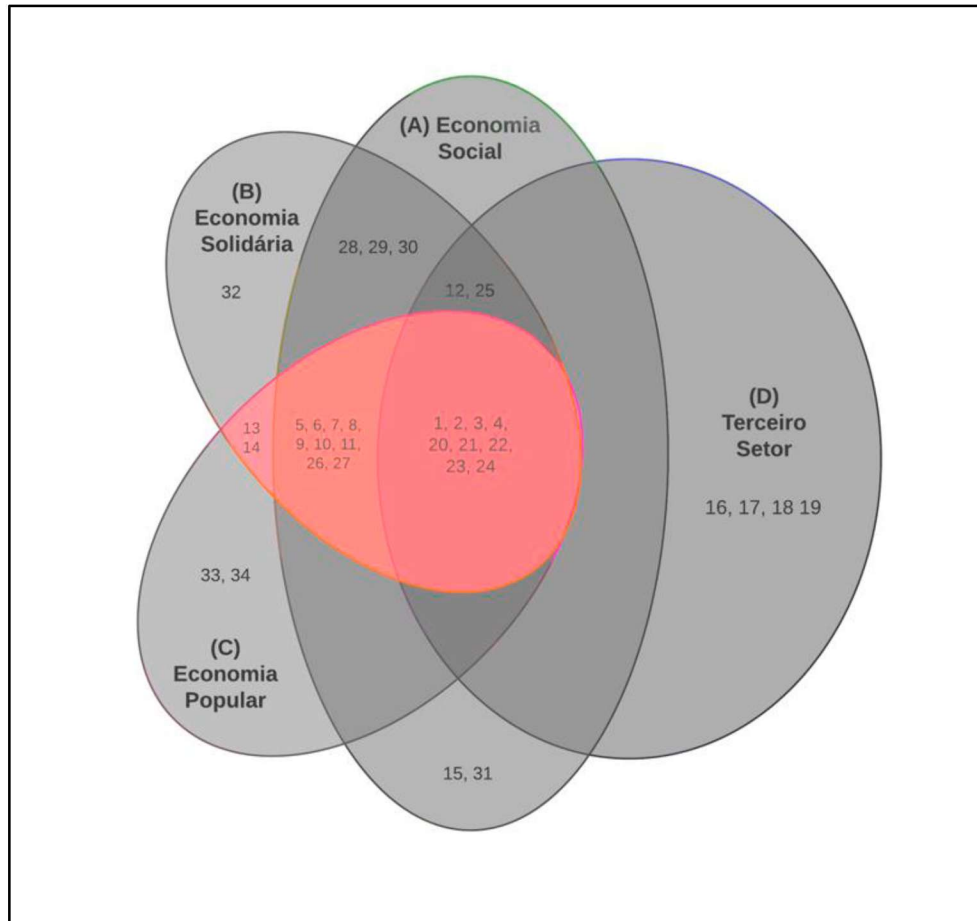
As linhas de 5 a 11 representam aquelas características que a Economia Social, a Solidária e a Popular têm em comum. Essas características são a coletividade, a solidariedade, a mutualidade, a hibridação de recursos e a responsabilidade social (linhas 5 a 9). Outra característica importante é o fato dessas áreas mencionarem a importância tanto do lucro quanto dos objetivos sociais simultaneamente (linha 10 do quadro). Há menção clara de objetivos econômicos e, portanto, esses setores não se opõem a princípios lucrativos, mas também não deixam de reforçar que os objetivos sociais são pelo menos tão importantes quanto os lucrativos, se não mais. Por último, as três áreas mencionam em comum o objetivo de superação ao modelo capitalista, ressaltando a importância da ideia de transformação econômica (linha 11). As linhas 26 e 27

representam as iniciativas que as mesmas três áreas têm em comum: as organizações de base comunitária, popular e solidária, referentes a linha 26, e as cooperativas (linha 27). É interessante observar como esses aspectos estão presentes em todas as áreas, menos no Terceiro Setor, o que evidencia uma abordagem menos crítica da parte deste último quando comparados aos demais. No Terceiro Setor não há menção a iniciativas de base popular e cooperativa e tampouco à ambição de construir um novo modelo econômico-social.

A linha 13 menciona uma característica presente apenas nas economias Popular e Solidária, que é a ênfase no protagonismo da população trabalhadora e desfavorecida dentro desses setores. Os principais protagonistas da EPS seriam a população pobre, desempregada, trabalhadores individuais, cooperativos, agrupados em redes e também operários do campo. Essa conclusão é interessante pois os conceitos de Economia Solidária e de Economia Popular têm sua emergência intrinsecamente ligados ao contexto latino; ao contrário da Economia Social que tem raiz europeia e o Terceiro Setor que tem origem anglo-saxônica. A contextualização histórica parece ter relação com o fato de apenas as duas áreas fazerem menção ao protagonismo das classes mais desfavorecidas. Outra característica presente somente na interseção entre áreas da Economia Solidária e Popular está descrita na linha 14: a coletivização de bens e socialização dos meios de produção. Traço que evidencia novamente o caráter revolucionário da Economia Solidária que não está presente da mesma maneira na literatura das áreas da Economia Social e da Economia Popular.

Uma consideração importante a ser feita em relação a Economia Popular e Solidária é que esse termo híbrido inclui, além dessas últimas característica sobre o protagonismo (linha 13) e a coletivização de bens (linha 14), toda interseção entre as áreas da Economia Popular e Solidária, como destacado visualmente no recorte do infográfico a seguir.

FIGURA 3 – DIAGRAMA TEÓRICO-CONCEITUAL: ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (EPS)



FONTE: Elaboração própria (2021).

Ou seja, todas as características vistas até o momento nesse capítulo são parte da Economia Popular e Solidária. A EPS representa a interseção entre as duas áreas, pois, como mencionado anteriormente, nem toda Economia Popular é Solidária e nem toda Economia Solidária é Popular (SILVA, 2007). A EPS abarca apenas uma fração da Economia Popular, já que dentro desta última são utilizados diferentes valores e meios para se assegurar a sobrevivência (SILVA, 2007). Excluem-se da EPS, por exemplo, as linhas 33 e 34 que dizem respeito a iniciativas exclusivas da Economia Popular: atividades ilegais e pequenos delitos, referentes a linha 33, e iniciativas individuais informais referentes a linha 34. Ou seja, a EPS se refere aquelas iniciativas

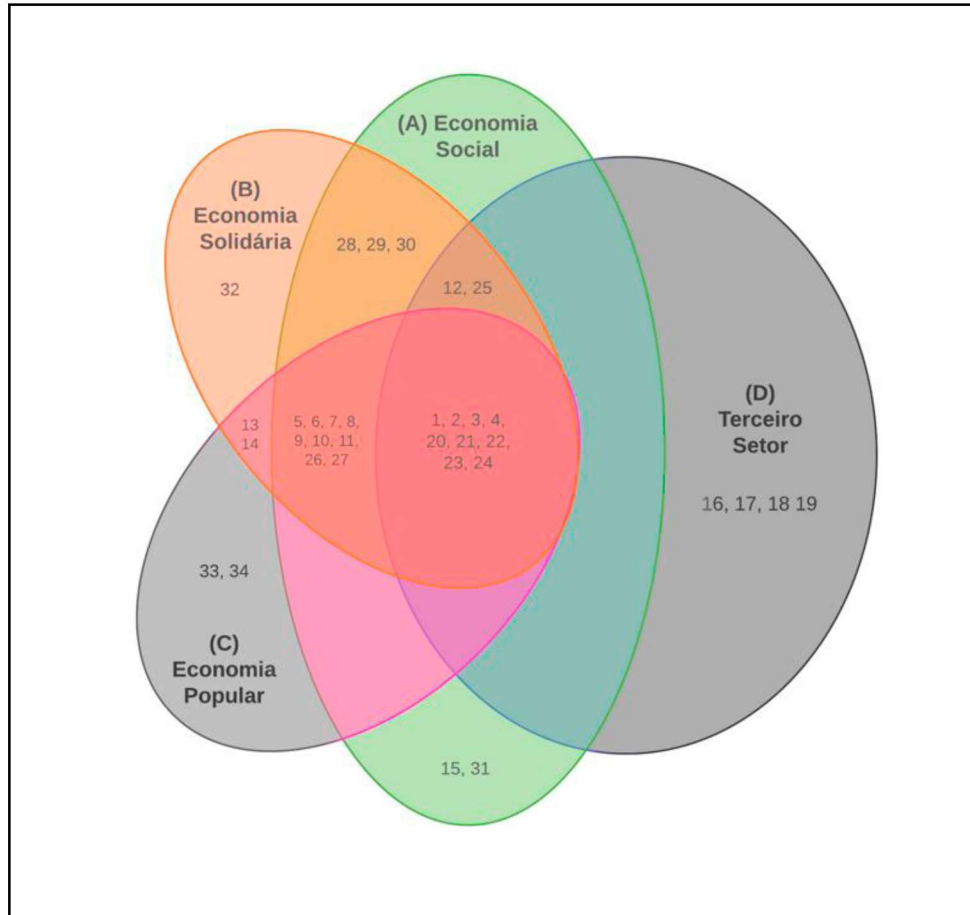
protagonizadas pelos setores mais desfavorecidos, mas desde que estejam comprometidos também com os valores da Economia Solidária.

Uma constatação interessante é que, ao comparar a linha 13 com a linha 15, vemos que a Economia Popular e Solidária foca em garantir a sobrevivência daqueles não integrados a economia de mercado, enquanto a Economia Social tem a finalidade de enfrentamento a crises. Tal contraste entre a Economia Social e a EPS evidencia novamente a diferença entre aqueles conceitos que foram cunhados em meio ao contexto latino e aqueles com origens na Europa ou América do Norte. Como visto na revisão literária, nos países do Sul global, o intuito principal da Economia Solidária é garantir condições materiais à sobrevivência daqueles que não são integrados à economia de mercado, sem acesso à renda ou direitos sociais e por isso participam da rede popular e associativa em suas lutas de resistência (LAVILLE; GAIGER, 2009). No Norte global, o objetivo é essencialmente enfrentar as crises do Estado e reagir a eventuais faltas de medidas de proteção social através das iniciativas solidárias (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Além dessa, há também outra característica exclusiva da Economia Social, que é o fato de que algumas de suas iniciativas poderem se assemelhar a empresas privadas ou públicas (linha 31). Isso é uma evidência do que já foi anteriormente mencionado, que a denominação jurídica de uma determinada iniciativa não necessariamente garante que ela de fato atenda princípios sociais e cooperativos. Como visto no item 3.1, a Economia Social enfrenta problemas de isomorfismo que diluem as especificidades dessa área e, portanto, nem sempre é composta por um conjunto homogêneo de iniciativas.

Partindo para análise do termo híbrido Economia Social e Solidária, não há especificação em relação a interseção entre as duas áreas, a junção desses termos parece referir-se muito mais a união de ambos os campos. Como visto no item 3.2, este termo híbrido refere-se a um conjunto de iniciativas de livre associação democrática de trabalhadores que visam o ganho econômico, qualidade de vida e participação cidadã. A Economia Social e Solidária, nesse contexto, se envolve em lutas coletivas mais amplas e não há menção de que, para ser considerada parte da ESS, as iniciativas precisem apresentar as características específicas de ambos os setores. Por isso, a escolha foi a de representar a ESS no infográfico pela união entre as áreas da Economia Social e Solidária, como pode observar-se na Figura 4.

FIGURA 4 – DIAGRAMA TEORICO-CONCEITUAL: ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (ESS)



FONTE: Elaboração própria (2021).

A última observação relevante extraída veio a partir das características organizativas e princípios específicos do Terceiro Setor, que vão da linha 16 a 19. São eles o voluntariado, a não lucratividade, a não associação a partidos políticos ou organizações religiosas e a subordinação dessa área as duas outras esferas. A conclusão importante foi perceber que exatamente essas características exclusivas do Terceiro Setor são as que correspondem a visão da literatura anglo-saxônica. Fica evidente que a abordagem do Terceiro Setor como voluntariado sem fim lucrativo se distancia da Economia Popular, Social e Solidária.

Embora muitas conclusões relevantes puderam ser extraídas, ainda restam algumas observações difíceis de interpretar. Não há explicação clara de porque a linha 32, que descreve exclusivamente a Economia Solidária, seria conceitualmente incompatível com a EPS. A linha 32 menciona os grupos informais de produção presentes somente na Economia Solidária e não há razão explícita pela qual esse tipo de iniciativa não possa estar presente nas demais áreas. A Economia Popular também evidencia presença de informalidade, como foi visto antes nas linhas 33 e 34, mas de forma um pouco diferente. Enquanto a Economia Solidária descreve trabalhadores informais associados em grupos, a Economia Popular menciona trabalhadores informais individuais ou então trabalhos ilegais. Apesar de não haver explicação para tal diferenciação, é interessante notar que nas duas outras áreas não há menção alguma sobre a informalidade. Outra evidência de que o contexto social dos termos usados influencia sua caracterização, pois a informalidade reflete muito mais a região latina do que a norte americana ou a europeia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais padrões observados foi a importância das influências históricas e sociais no surgimento de cada termo. Os termos analisados parecem ter um significado muito mais crítico em relação ao sistema capitalista quando emergidos no contexto latino. As iniciativas também são claramente mais marcadas pelo protagonismo popular e das classes marginalizadas, que refletem também um cenário mais próximo à realidade latina. Outra discrepância entre as iniciativas do norte e do sul global parece ser em relação a sua informalidade. Embora a informalidade esteja presente de diferentes maneiras na Economia Popular e na Solidária, a ausência desse aspecto nos outros dois setores é suficiente para demonstrar que os termos mais ligados ao contexto latino são marcadamente protagonizados por grupos sociais que recorrem a meios informais para sobrevivência. Ou seja, mais uma confirmação de que a origem regional dos termos apresenta relação com seu significado. As diferenças semânticas do uso desses termos parecem estar ligadas principalmente ao contexto ideológico, tanto no sentido do contexto histórico em que cada termo emergiu, mas também de quais atores sociais se apropriam da expressão.

De forma geral, os quatro termos apresentaram bastante características em comum, o que sugere que são áreas compatíveis em vários aspectos. Ainda assim, dentre eles, o Terceiro Setor é o que mais se distancia dos demais, apresentando um número de características exclusivas maior. Ele se diferencia principalmente a partir de seus princípios e características, em específico aquelas características associadas à abordagem anglo-saxônica do Terceiro Setor. Já as iniciativas do Terceiro Setor em geral se assemelham com as dos demais, embora valha lembrar que apresentar formatos em comum não necessariamente garante princípios organizativos semelhantes.

Dentre os conceitos estudados, a Economia Solidária e Popular são as que parecem ter as visões mais críticas em relação ao capitalismo, tendo em seus valores não só a ambição de superar o modelo vigente, mas também a menção explícita à socialização dos meios de produção em suas iniciativas. Ao que tudo indica, as áreas da Economia Popular e da Economia Social se aproximam bastante da Economia Solidária,

tendo seus termos híbridos – EPS e ESS – inclusive sendo usados como sinônimos dentro da região latino-americana.

Apesar das conclusões relevantes apontadas, não se esgotou a compreensão das fronteiras entre os conceitos. Um questionamento que emergiu ao longo da pesquisa foi o da natureza de funcionamento das iniciativas mencionadas. O funcionamento de empresas sociais, por exemplo, ou de fundações de responsabilidade social não ficou exatamente claro, tampouco sua natureza de gestão. Apesar das áreas apresentarem formas organizativas em comum, apenas um mapeamento detalhado das iniciativas seria capaz de esclarecer de que maneira os empreendimentos estão presentes em cada campo. Reforça-se também que esta não foi uma pesquisa bibliométrica, e por isso, embora a quantidade de referencias tenha sido suficiente para retirar conclusões relevantes em relação aos setores, ainda há uma vasta bibliografia a ser investigada.

Outras questões que não foram abordadas são as das políticas públicas e das legislações para tais áreas. Um estudo comparativo das legislações e políticas entre a Economia Solidária e o Terceiro Setor, por exemplo, poderia fornecer revelações importantes sobre as naturezas de atuação e estratégias de ação de cada área. Muitos outros termos correlatos a Economia Solidária encontrados nesse trabalho também poderia ser aprofundados, como a Economia Informal, a Economia Plural e a sociedade civil. Além disso, dentro das economias alternativas ainda existem muitas vertentes a serem exploradas, como a economia feminista e a economia sustentável, por exemplo.

Por último, é importante lembrar que tais conceitos estão em constante transformação e traçar as definições de atividades que muitas vezes se encontram a margem do mercado formal é naturalmente um desafio. Ainda assim, a investigação das fronteiras entre os termos é necessária para proporcionar rigor metodológico, para auxiliar a criação de políticas públicas e oferecer informações quantitativas dos setores, de forma que permita a realização, por exemplo, de mapeamentos das iniciativas, como aqueles feitos pela SENAES. Reforça-se que a intenção não é a de superar totalmente as divergências conceituais, até porque tais conceitos estão em constante disputa por aqueles que os protagonizam e tais discordâncias podem ser inclusive construtivas. A sugestão, na verdade, é que os pensamentos da Economia Solidária continuem se desenvolvendo e aos poucos avancem para uma convergência de significados.

Espera-se que o presente trabalho tenha sido útil para tornar essa área de estudos mais clara e acessível e possa auxiliar aqueles interessados em compreender melhor os significados dos termos. Acima de tudo, que o debate econômico seja enriquecido a partir das perspectivas da Economia Solidária e que se torne cada vez mais palpável contemplarmos a construção de alternativas reais ao sistema econômico capitalista.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAUJO, M. R. J. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Construção de Conceitos e a Importância da sua Prática**. Brasília - DF: Publicação independente, 2016.

BARRETO, Pedro. **História - Rio-92**: rio-92: mundo desperta para o meio ambiente.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23.%20Acesso%20em:%2014%20jul.%202021.. Acesso em: 14 jul. 2021.

CAVALCANTI, G. **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES**. Brasília: SENAES/MTE, 2005.

CORAGGIO, J. **Ciudades sin rumbo**. Quito: CIUDAD, 1991.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la Economía Social y Solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 11, 2013.

CORAGGIO, J. L. La Presencia de la Economía Social y Solidaria (ESS) y su Institucionalización en América Latina Potential and Limits of Social and Solidarity Economy. **United Nations Research Institute for Social Development**, 2013b.

DEFOURNY, J. ECONOMIA SOCIAL. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 156–161.

FERREIRA, S. Terceiro Sector. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 322–327.

FRANÇA FILHO, G. C. DE. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e

Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, v. 12, n. 1, p. 9–19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista De Desenvolvimento Econômico**, v. 5, 2001.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2007.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81–99, 2009.

GAIGER, L. I. The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 3, p. 1–27, 2017.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. ECONOMIA POPULAR. In: **Dicionário internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2003. p. 150–155.

LAVILLE, J.-L. L.; GAIGER, L. I. ECONOMIA SOLIDÁRIA. In: **Dicionário internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162–168.

LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. **Curso de Formação de Formadores para Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário**, 1999.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia Social e Programas de Emancipação por meio de Empreendimentos Econômicos Sociais no Brasil: Avanços e Dificuldades Atuais. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 13, n. 3, p. 339-357, dez. 2009.

MORCELLI, A. T.; ÁVILA, L. V. **Responsabilidade Social**. Santa Maria: Universidade

Federal de Santa Maria, 2016.

NETO, A. J. DE M. Os Princípios Unitários Na Escola Técnica Do MST. p. 82–95, 2003.

NOGUEIRA, V. M. R. Estado de Bem-estar Social - origens e desenvolvimento. **Revista Katálisis**, v. 5, p. 89–103, 2001.

NUÑEZ, O. Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária. **Revista Proposta**, no. 75, p. 48–58, 1997.

PRADO, E. F. S. A ortodoxia neoclássica. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 9–20, 2001.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Eds.). . **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34–58.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **In search of nonprofit sector: the quest for definition's**. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1992.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. 359 p.

SANTANA, D. P. **Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável**: Força-Tarefa de Interagências sobre Economia Social e Solidária. Genebra: TFSSE, 2014.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor Brasileiro: Uma perspectiva histórica. **Revista de Administracao Publica**, v. 44, n. 6, p. 1301–1325, 2010.

SILVA, L. M. DA. **Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a Construção de uma Nova Cultura do Trabalho**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Ensaio sobre Economia Solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

SOBRE o UNTFSSE: Objetivos. **Objetivos**. Disponível em:
<https://unsse.org/about/?lang=pt-br>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SOUZA, M. DE F. C.; ALVES, E. M. C. S. História e Legalidade do Terceiro Setor. In: **Tendências Epistemológico-Teóricas das Ciências Sociais Aplicadas 2**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 1–15.

TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia da Produção Associada. **Cad. Cedes**, v. 27, n. 71, p. 85–98, 2007.